

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**FABIANE CRISTINA SILVA MESQUITA**

**A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO MERCOSUL:  
INSTRUMENTOS LEGAIS E A REALIDADE**

**CURITIBA**

**2011**

**FABIANE CRISTINA SILVA MESQUITA**

**A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO MERCOSUL:  
INSTRUMENTOS LEGAIS E A REALIDADE**

Monografia apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de especialista em Relações  
internacionais da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Dr. Dimas Floriani

**CURITIBA**

**2011**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar diariamente em tudo o que faço, por tamanha luz, quando muitas vezes achei que não seria possível prosseguir.

Agradeço a CASA LATINO AMERICANA – CASLA em especial a Dra. Gladys Renée de Souza Sanchez por me dar a oportunidade de trabalhar e vivenciar as relações internacionais. Ao Professor e orientador Dr. Dimas Floriani, pelo dispêndio do precioso tempo .

Agradeço aos companheiros da Comissão de Integração Latino Americana – CILA, por compartilharem comigo a América Latina.

Agradeço a amiga sem igual Nádia Floriani, por lutar e trabalhar comigo por um mundo onde a justiça seja ímpar para todos.

Agradeço aos amigos do Parlamento do Mercosul, pelos materiais que me concederam e também pelo carinho com que sempre sou recebida, em especial a amiga Aline Mueller, por dividir comigo a paz e a beleza dos entardeceres do Uruguay.

Agradeço ao professor Alexsandro Pereira, por aceitar o convite de última hora para participar da Banca Examinadora.

Agradeço a minha mãe e aos irmãos Cleyton e Maicon pela certeza do amor e pelos maravilhosos sobrinhos, que não me deixam esquecer que fiquei para titia.

Agradeço a torcida e o carinho da melhor avó do mundo, Dona Raimunda, vulgo vovó Lipa.

E por fim, ao incansável Dalton, pela certeza do amor e da amizade, por dividir comigo os sonhos, projetos, as agruras da família Silva, o carinho do Enzo, que são razões para eu continuar trilhando com passos firmes a minha caminhada.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
<b>1 INTEGRAÇÃO .....</b>	<b>02</b>
1.1 Teorias da Integração .....	05
1.2 Pan-Americanismo.....	05
1.2.1 Antecedentes do Mercosul .....	06
1.2.2 ALALC .....	09
1.2.3 ALADI .....	10
1.3 Acordos Bilaterais .....	11
1.3.1 Tratado de Assunção .....	12
1.3.2 Protocolo de Ouro Preto .....	14
1.3.3 Protocolo de Ushuaia .....	14
<b>2 SOCIEDADE CIVIL .....</b>	<b>17</b>
2.1 Organizações Não-Governamentais – ONGs .....	23
2.2 Movimentos Sindicais.....	27
2.3 Partidos Políticos .....	33
2.4 Parlamento do MERCOSUL .....	37
<b>3 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO ÂMBITO DO MERCOSUL .</b>	<b>40</b>
3. 1 Sociedade Civil .....	40
3.2. Os Atores no MERCOSUL .....	47
3.3 Os Espaços de Participação da Sociedade Civil no MERCOSUL	51
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>63</b>

## RESUMO

Este trabalho tem o propósito de analisar a participação da sociedade da civil, no âmbito do Mercosul. Como fonte, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e também pesquisa in loco . O estudo será importante para compreendermos melhor o que é a sociedade civil e como surgem essas entidades participativas, bem como avaliar se a atual participação aponta deficiências a serem aperfeiçoadas.

**Palavras-Chave:** integração, Mercosul, sociedade civil.

## ABSTRACT

This work has the intention to analyze the participation of the society of the Brazilian and Argentine civilian, in the scope of the Mercosul. As source, it is used bibliographical research, and interviews with regional representatives. The study it will be important to understand better what it is the civil society and as these participative entities appear, as well as evaluating if the current participation points deficiencies to be perfected.

**Word-Key:** integration, mercosul, civil society.

## INTRODUÇÃO

O esforço pela integração regional na América Latina, desde as suas experiências iniciais, quando da ALALC, em 1960, tem sido protagonizado quase que exclusivamente pelos respectivos governos nacionais.

Mesmo transitando de um ambiente político autoritário, como foi comum na América Latina ao longo das décadas de 60 e 70 do Século XX, para a restauração da democracia, pode-se afirmar que o processo integracionista neste continente ainda padece de um déficit democrático.

O ceticismo inicial que marcou significativa parcela da sociedade civil, quanto à viabilidade do Mercosul, face as diversas tentativas anteriores, que acabaram por fracassar, impôs quase que exclusivamente aos respectivos governos de cada um dos países, a tarefa de viabilizar a implementação do acordo regional.

O Mercosul é um processo de integração consagrado, prioritariamente aos temas comerciais, característica que costuma ser referida, no debate político, como mercantil. Ademais, trata-se de um processo exclusivamente intergovernamental, limitados aos governos nacionais e pouco permeável a participação da sociedade civil.

Diante do exposto, cabe ressaltar a importância de trazermos a temática sobre a limitada e quase inexistente participação da sociedade civil e conseqüentemente a sua debilidade institucional. Foco central deste trabalho que tem como objetivo analisar a participação da sociedade civil, no Mercosul.

O primeiro capítulo abordará de forma sucinta as principais informações dos antecedentes do Mercosul.

O segundo capítulo contextualizará historicamente a partir de referenciais teórico-metodológicos, distintos, as visões sobre a questão da participação da sociedade civil, e tem por base um conjunto de conceitos novos, que devem ser explicitados para uma maior compreensão do tema proposto.

O terceiro capítulo analisará a participação da sociedade civil no Mercosul, através de levantamentos bibliográficos.

# 1 INTEGRAÇÃO

Nesta altura da história, a cidadania vigente, efetiva, indiscutível, é a da mercadoria. A mercadoria alcançou a cidadania mundial muito antes do que o indivíduo. A cidadania do cidadão do mundo está apenas em esboço, pensada, prometida, imaginada. Octavio Ianni.

Nos últimos anos, novos temas ganharam ênfase no cenário mundial, como meio-ambiente, direitos humanos, competitividade internacional, globalização, segurança internacional, dentre outros. Com isso, nota-se que a comunidade internacional vivenciou nos últimos tempos grandes transformações, as quais implicaram na condução de suas políticas.

A partir dos anos 90 as políticas externas dos Estados, de modo geral, contraíram novas formas, dedicando atenção “à distribuição de forças e à questão da manutenção dos equilíbrios, globais ou regionais” (Mariano, Oliveira e Vigevani, 2000, p.250).

Terminado o período da Guerra Fria e com o advento da globalização o sistema tornou-se propício a um intercâmbio comercial mais intenso entre as nações e com isso, os países formularam seus costumes de modo a intensificar a prática de políticas integracionistas (Gomes, 2001).

Nesse contexto, as relações comerciais internacionais se intensificavam gradativamente, cada país com seus potenciais específicos levando a um aproveitamento das vantagens comparativas de cada Estado. A partir disso, insere-se a divisão internacional do trabalho, a crescente interdependência e, conseqüentemente, a integração econômica (Baptista 1998).

A palavra integração econômica traz inerente ao seu sentido um significado das linhas de pensamentos liberais. Ocorre desta forma, pois quando se pensa em um processo de integração, presume-se que os países buscam cooperação, abertura de mercados, ganhos recíprocos, etc (Herz & Hoffman, 2004).

De acordo com Karl Deutsch, a definição de integração consiste na “existência de um sentido de comunidade, de instituições e de práticas capazes de assegurar, ao longo do tempo, expectativas de mudanças pacíficas em uma comunidade política”, conduzindo a um cenário no qual a probabilidade de conflitos é minimizada (1957 apud Vaz, 2002 p.29).

Já para Ernest B. Haas, na definição de integração recolhe-se à condição em que “grupos devotam maior lealdade a instituições políticas centrais do que a qualquer autoridade”. Assim, Haas define integração como um “processo de transferência de lealdade, expectativas e atividades políticas a um novo centro de poder que passa a ter jurisdição sobre os anteriores, processo este que envolve a busca do consenso através da persuasão” (1958 apud Vaz, 2002, p.29).

Ainda sob esse prisma, Haas define integração internacional como os processos por meio dos quais os agentes políticos das diferentes áreas nacionais buscam “transferir suas lealdades, expectativas e atividades políticas para um novo centro, no qual as instituições possuem ou pretendem jurisdição sobre os Estados nacionais que participam do processo” (1958 apud Moreira, 1999, p.489).

Para Adriano Moreira (1999, P.492) integração é, “um processo de alienação da livre decisão solitária no sentido clássico da soberania, e os Estados apenas praticam esta renúncia perante necessidades e expectativas que já não podem enfrentar isolados”.

Nesse sentido, compreende-se por integração regional um processo no qual os países, inicialmente independentes, atuam em conjunto, unificam-se e tornam parte de um todo. Podemos definir integração regional como “um processo dinâmico de intensificação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional” (Hers & Hoffman, 2004, p.168).

Os principais objetivos da integração, segundo Moreira, é a busca da otimização da capacidade econômica dos Estados, diante das dificuldades de enfrentar isoladamente a crescente competitividade internacional, e também a busca por aumentar o potencial político no contexto da “balança internacional de poderes”. (1999, p.492). Neste contexto, podemos observar que o Mercosul e os países também utilizavam a integração como uma estratégia para alcançar tais objetivos.

Nos processos de integração devem ser considerados as diferentes fases de sua evolução, tais como Zona de Livre Comércio, União aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e União Econômico-monetária. No caso do Mercosul, o Tratado de Assunção indica a intenção de constituição de um Mercado Comum, sendo o objetivo final dessa união o alcance da livre-circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os Estados Partes.

Nesse processo, prevê o Anexo II do Tratado de Assunção a adoção de um Regime Geral de Origem, no qual se estabelecerá regras para a determinação e

comprovação da origem dos produtos, com o objetivo de evitar que produtos vindos de fora da zona também recebam tratamento privilegiado.

O próximo passo ao desenvolvimento da integração compreende a União Aduaneira, que qualifica uma etapa além da Zona de Livre Comércio. Nessa etapa, além da livre circulação de mercadorias, insere-se a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) com a qual os problemas decorrentes da definição das regras de origem são eliminados (Motta, 1988). Ou seja, todas as mercadorias ingressantes no bloco devem pagar os mesmos direitos aduaneiros, independentemente em qual Estado-Membro se realize o desembaraço aduaneiro. Após a nacionalização das mercadorias, os produtos podem circular livremente dentro do bloco (apud, Hers & Hoffman, 2004, p.35).

Para solucionar esses problemas, insere-se na terceira etapa da integração, o Mercado Comum, o qual compreende um nível mais profundo da integração. Nessa etapa, englobam as características da Zona de Livre-Comércio e da União Aduaneira, possibilitando a livre circulação dos fatores de produção.

Böhlke salienta que para determinado bloco de integração ser considerado um Mercado Comum “é necessário que haja completa liberdade de circulação de bens, capitais, serviços e pessoas, política de comércio exterior harmonizada e a existência de TEC aplicada por todos os Estados-Membros” (2007, p.39).

Nos processos de integração de maneira geral, presume-se que os países membros acordam pela cooperação, com o objetivo de alinhar suas políticas para obterem os resultados almejados do bloco. Partindo de uma concepção liberal, os Estados abrem mão de parte de sua soberania para então atuar em conjunto com os outros, motivados na liberalização do mercado, livre concorrência, liberação das taxas alfandegárias, etc. (Herz & Hoffman, 2004). Assim, a partir dessa concepção observa-se que os Estados partem do princípio de que a liberalização econômica proporcionará desenvolvimento e crescimento econômico aos países que aderirem a essa política.

Por essa razão, as nações buscam alianças que contribuam para que elas possam atingir seus respectivos objetivos nacionais, dentro do escopo regional. Apesar de as assimetrias presentes entre os Estados muitas vezes gerarem conflitos entre os mesmos, apesar de todos estarem em busca de cooperação.

Mas quando se pensa em integração, a intenção é de traçar políticas comuns visando formar blocos que está presente nas ações dos Estados. Esse

comportamento se deve, principalmente, a consciência de que juntos, essas nações tem mais representatividade no cenário internacional.

## 1.1 TEORIAS DA INTEGRAÇÃO

Alguns autores definem teoria da integração como “um único instrumento que puede ayudarnos a transferir los conocimientos y enseñanzas derivados de uma experiência de integración regional a outra”. Por exemplo, existem teorias que explicam o processo de integração europeu, que de certa forma, podem ser úteis para a compreensão desse processo em outros lugares do mundo (Malamud & Schmitter, 2006, p.3).

Vaz (2002.p.27) analisa dá seguinte maneira:

A proliferação de iniciativas de integração regional em todo o mundo, com base em acordos comerciais, vem suscitando grande preocupação e controvérsias quanto à sua compatibilidade com o fortalecimento do sistema multilateral do comércio e, em última instância, com forças globalizantes que estariam atuando em benefício da maior mobilidade de bens, serviços e dos fatores de produção através das fronteiras nacionais.

Assim o autor conclui que “a avaliação dos efeitos dos acordos de integração econômica ainda encontra muitas dificuldades e indefinições de ordem teórica, metodológica e também empírica, muitas vezes decorrentes dos seus aspectos dinâmicos” (Vaz,2002, p.27).

A partir do exposto do autor, as teorias da integração tentam explicar os processos em desenvolvimento, na maioria das vezes baseadas em experiências anteriores.

Nesse contexto, na próxima etapa do trabalho será abordado os antecedentes históricos do Mercosul, ainda que sucinta, para mais adiante estudarmos a Participação da Sociedade Civil do mesmo.

## 1.2 PAN-AMERICANISMO

A idéia de integração nas Américas, semelhante à Europa, não é recente. Podemos atribuir a Simon Bolívar a primeira tentativa de integração no continente.

O projeto de integração de Bolívar, de cunho político, englobaria todo o continente, idéia proposta em 1926, no Primeiro Congresso Americano realizado no

Panamá. A proposta de Simon Bolívar tinha caráter defensivo, na medida em que era reconhecido como uma estratégia que visava garantir a independência dos países latino-americanos contra possíveis tentativas de reconquista pelas nações européia, bem como uma proteção contra a política expansionista norte-americana de 1923, mais conhecida como Doutrina Monroe (Herz & Hoffman, 2004, p.170).

Apesar de o Congresso ter se reunido mais vezes, o movimento integracionista de Bolívar não obteve sucesso. As razões que conduziram ao insucesso dessa tentativa são diversas, como por exemplo, o fato dos Estados nacionais da América do Sul estar em processo de consolidação. Alguns países inclusive não aderiram ao projeto, como a Argentina, que apesar de estar envolvida no movimento independentista no sul do continente sob o comando de San Martín, considerava a proposta de Bolívar uma tentativa de liderança na região.

Mas apesar do insucesso, houve outras tentativas, inclusive sob a órbita dos Estados Unidos. Esse movimento conhecido como “pan-americanismo”, deixou marcas, até os dias atuais.

### **1.2.1 ANTECEDENTES DO MERCOSUL**

Como comentado anteriormente, há muito tempo o cenário de criação de um bloco na América do Sul já se evidenciava, pois muitos motivos unem os países, como por exemplo, os aspectos naturais, suas histórias, geografia, recursos naturais compartilhados, etc.

Um dos textos relacionado ao tema da integração latino-americana é a própria Constituição brasileira de 1988, que dispõe sobre a intenção de o país se envolver em políticas de integração. Conforme parágrafo único do art.4º, “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social, e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

A partir do exposto podemos salientar que o processo de integração da América Latina tem origens remotas, sendo diversas as tentativas de formação de blocos econômicos, anterior à consolidação do Mercosul.

Para efeito deste trabalho e para se ater aos tempos mais recentes, vale recordar os estudos feitos pela Comissão Econômica para a América Latina e o

Caribe (CEPAL), os quais muito contribuíram para o desenvolvimento do ideal integracionista em construção (Baptista 1998).

A CEPAL foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações (ECOSOC), numa das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas. Sua criação objetivou a coordenação das políticas relativas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, coordenação das ações encaminhadas para a sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com os demais países do mundo.

Segundo Baptista (1998), em meados dos anos 50 a CEPAL insistia na necessidade da integração latino-americana, como uma forma de intensificação do comércio recíproco entre os países da região.

Verificou-se então o progresso dos estudos dessa comissão, quando em 1959 foi elaborado pela mesma, um projeto propondo a criação de uma Zona de Livre Comércio e uma União Aduaneira. Para os estudiosos da Cepal, a integração econômica ajudaria, consideravelmente, o desenvolvimento da região, incrementando a escala do mercado e possibilitando maiores escalas de produção.

Assim, no final da década de 50, a CEPAL prospectava a idéia da formação de um Mercado Comum latino-americano, espelhando se no modelo europeu, que então emergia.

Desenvolvia-se então o processo integracionista no Cone Sul. O termo Cone Sul deve-se ao formato geográfico dos Estados-Membros do Mercosul. Devemos lembrar que a história da região sul-americana não foi construída somente com relações pacíficas, visto que ocorreram muitas disputas entre Brasil e Argentina, desde suas independências (Herz & Hoffman, 2004 p, 180).

Nesse contexto, observamos que o Mercosul é resultado de diversas iniciativas de integração. Podemos citar o Pacto de União Aduaneira entre Argentina e Brasil, de 1941, sem sucesso. Mais uma tentativa de aproximação política e econômica foi proposta, conhecida como “Pacto ABC” (Argentina, Brasil e Chile), proposta pelo presidente e general argentino Juan Perón na década de 1950. Essa iniciativa também não teve sucesso, foi sabotado pelo ex-Chanceler do então presidente brasileiro Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, o qual tinha posição antiargentina de muitos setores das elites e das Forças Armadas brasileiras (Almeida, 1993, p.55).

As várias tentativas de unir as maiores nações sul-americanas, Brasil e Argentina, em torno da cooperação bilateral, foram frustradas.

Ainda no período em que a América Latina era dominada por regimes militares e ditatoriais, acontece a negociação do Tratado Bilateral Brasil e Paraguai, constituindo a Itaipu Binacional. Nesse momento, emergem mais rivalidades na região, entre Brasil e Argentina, os quais enfrentam diplomaticamente nas negociações dos recursos hídricos da bacia do Paraná. Em 1979, os três países envolvidos nessa questão firmam o acordo tripartite sobre Itaipu, sendo iniciado um período de entendimento e cooperação na região.

Passado o período de desavenças e com a gradual queda dos regimes ditatoriais e autoritários na região sul-americana, o cenário torna-se propício para o desenvolvimento de relações cooperativas e integracionistas. Assim, observam-se mudanças na política externa dos governos argentino e brasileiro, as quais abriram oportunidades para a iniciativa de cooperação bilateral, comportamentos que influenciaram diretamente no processo de integração no Cone Sul e, finalmente, na constituição do Mercosul.

Félix Peña (2001, p.6), defende que um dos alicerces da construção do Mercosul consiste na idéia estratégica, surgida da parceria Brasil e Argentina, explicitada pelos presidentes Sarney e Alfonsín. Segundo o autor;

Idéia estratégica implica a lógica da integração em detrimento da lógica da fragmentação, construindo espaço comum de estabilidade e democracia, compartilhando recursos e mercados e competindo e negociando juntos no cenário internacional. Não é uma idéia abstrata. Possui motivações e expressões concretas, que não são necessariamente iguais em sua intensidade e prioridades... Inclusive dentro de cada país seus diferentes grupos sociais, seus setores e regiões a idéia de integração pode responder a motivações diferentes e não necessariamente conciliáveis.

Gomes (2001, p.28), considera que em todo processo de integração regional a presença da vontade política dos Estados membros é elemento fundamental para sua realização. Como salienta o autor,

O aspecto político é o elemento primordial em um processo integracionista, pois sempre antecede a um ideal, buscando os Estados políticas em conjunto com a finalidade de obter maior desenvolvimento, quer sob o aspecto econômico, quer social, quer cultural etc.

Segundo o autor, diferentemente do contexto da integração do continente europeu, no qual os objetivos da integração estavam centrados em razões

econômicas e também pacifistas, nos blocos sul-americanos os objetivos estavam norteados prioritariamente à razão econômica.

Podemos considerar que a formação e consolidação do bloco regional sul-americano, denominado Mercosul, deve-se as incessantes tentativas de integração desenvolvidas desde o século XIX.

### **1.2.2 ALALC**

Após a realização de diversas reuniões, o processo de integração tomava nova forma. Em 18 de fevereiro de 1960 foi instituída a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre-Comércio) que passou a vigorar a partir de 10 de junho de 2001, firmada através do Tratado de Montevideu. A finalidade principal da ALALC era de criar, no prazo de 12 anos, um mercado comum regional, que se iniciaria com uma zona de livre comércio (Almeida, 1993).

O Tratado foi assinado primeiramente por sete países, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, México e Peru, em 1966, e por Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela, em 1967.

Para Gomes (2001, p.43).

Os motivos de constituição da ALALC foram eminentemente econômicos. Seu objetivo era o desenvolvimento comercial entre os países latino-americanos, com o gradativo abrandamento das políticas tarifárias entre os associados, tendo como fundamentos o princípio da reciprocidade e a exceção à cláusula de nação mais favorecida.

A Associação Latino-Americana de Livre Comércio não conseguiu atingir todos os objetivos, devendo o insucesso do bloco a alguns fatores em que a região enfrentava no período, como por exemplo, a crise econômica que passavam os associados, à estrutura das políticas econômicas baseadas no modelo de substituição de importações e à implantação de regimes militares e autoritários na região (Vizentini, 2000).

Devido a esses diversos fatores, os países da ALALC decidiram elaborar uma revisão do programa de liberalização, e prorrogam até 1980 o período de transição para a implementação da zona de livre-comércio.

### **1.2.3 ALADI**

Dando continuidade ao processo de integração na região, fora negociado em 12 de agosto de 1980, pelo Tratado de Montevidéu, a substituição da ALALC pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Nesse processo, os objetivos eram semelhantes à associação anterior, porém com diretrizes mais flexíveis de funcionamento (Gomes, 2001).

O acordo contemplava; Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela no desejo comum de promover um processo convergente, a fim de conduzir ao estabelecimento de um mercado comum regional. Nesse novo projeto existiam mecanismos menos rígidos para o cumprimento das metas estabelecidas no Tratado, de caráter bilateral, para criação de zona de preferências tarifárias. Observaram-se especialmente os interesses dos países de menor desenvolvimento relativo, estimulando a celebração de acordos bilaterais, pelos quais os países envolvidos poderiam aprofundar as concessões feitas globalmente, desde que se permitisse a adesão de outros Estados integrantes da ALADI. (Congresso Nacional – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul).

Assim, a ALADI visava dar continuidade ao processo de integração regional, com mecanismo de negociação mais flexíveis, esperava-se que as relações entre os países membros se aprofundariam.

O artigo 7º do Tratado de Montevidéu trata das possibilidades de seus associados assinarem acordos regionais, conduzindo assim a um processo de integração regional mais profundo, através de sua progressiva multilateralização.

Neste contexto, observa-se que essa oportunidade que previa o Tratado de Montevidéu, levou os países a buscarem mais alternativas para o desenvolvimento da integração. Novas alianças foram firmadas, podendo considerar a formação de novos acordos sub-regionais; ou melhor, acordos de alcance parcial.

## **1.3 ACORDOS BILATERAIS**

Como consequência do Tratado de Montevidéu, novos cenários começavam a surgir na região. Como exemplo, tem-se o surgimento de novos processos de integração, caracterizado por acordos bilaterais ou sub-regionais.

Em um contexto de crise econômica que vivenciavam os países latino-americanos, porém com o retorno gradual da democracia na região, destaca-se o relacionamento harmônico entre Brasil e Argentina, como pioneiros do processo de integração, que desde meados dos anos 80, iniciaram as negociações de preferências comerciais, ou seja, de reduções tarifárias recíprocas. Assim, em 1985 os dois países firmam, pela “Declaração de Iguazu”, a vontade de acelerar o processo de integração bilateral (Almeida, 1993).

Em continuidade, o Mercosul surge em decorrência das relações harmônicas desenvolvidas entre os Governos Raúl Alfonsín, da Argentina e José Sarney, do Brasil, os quais concordaram que a aproximação das economias brasileira e argentina era fator fundamental para o sucesso econômico de seus países, bem como deveria constituir um dos pilares de suas políticas externas. Para eles, a necessidade de intensificação do comércio bilateral era de suma importância, visto que os países sofriam conseqüências do período dos regimes militares na região (Almeida, 1993, p.75).

Em 1986, fora inaugurado a “Ata para a Integração Brasil-Argentina”, a qual estabelece o Programa de Integração e Cooperação Econômica, tendo seus princípios pautados na gradualidade, flexibilidade, equilíbrio e simetria, e se mostrou muito eficiente no incremento e diversificação do intercâmbio bilateral (Almeida, 1993, p, 77).

Dando continuidade ao aprofundamento das relações comerciais bilaterais, em 1988 firma-se o “Tratado de Integração, Cooperação e desenvolvimento”, tendo como principais objetivos a consolidação do processo de integração bilateral e a instituição de um espaço comum em 10 anos. Nesse sentido, ambos os países deveriam buscar a formulação de políticas convergentes, em diversas áreas: Aduaneira, comercial, industrial, agrícola, transportes e comunicações; e também a coordenação das políticas monetária, fiscal e cambial (Almeida, 1993, p. 78).

Em julho de 1990, os presidentes do Brasil e da Argentina assinam a “Ata de Buenos Aires”, decidindo conformar o mercado comum bilateral até 31 de dezembro de 1994, reduzindo assim os prazos anteriormente estipulados no tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988. Nesse momento, os dois países utilizam meios apropriados para atingir o objetivo, como reduções tarifárias generalizadas, lineares e automáticas, eliminação de barreiras não-tarifárias, e criam o Grupo Mercado Comum (Almeida, 1993, p.113).

Em dezembro de 1990, em conseqüência da Ata de Buenos Aires, é elaborado o “Acordo de Complementação Econômica nº. 14”, firmado pelos representantes do Brasil e Argentina na ALADI, estendendo para essa associação o programa de liberalização comercial negociado no Tratado de Integração, nos prazos definidos pela Ata de Buenos Aires. Até então, o processo de integração vinha se desenvolvendo somente em âmbito bilateral entre Brasil-Argentina, apesar de o Uruguai ter sido convidado e participado dos encontros presidenciais entre Brasil-Argentina, na segunda metade dos anos 80 (Op.Cit.1993).

Nesse contexto, Almeida (1993, p.93) cita que,

A integração econômica, em especial no caso do Brasil e Argentina, não é uma alternativa ao sistema internacional de comércio, mas constitui tão simplesmente uma estratégia política fundamental para aumentar o poder de barganha nas negociações multilaterais de natureza econômica, ademais de ser altamente instrumental aos processos de racionalização produtiva e de modernização tecnológica.

Como podemos observar, as negociações em torno da consolidação da integração se aprofundavam paulatinamente, preparando o cenário para a próxima etapa do processo.

### **1.3.1 TRATADO DE ASSUNÇÃO**

Em 26 de março de 1991, após intensas negociações desenvolvidas pelo Brasil e Argentina, os Presidentes das Repúblicas Argentina, Federativa do Brasil, do Paraguai e Oriental do Uruguai, firmam o “Tratado de Assunção” (TA), criando o Mercado Comum do Sul, Mercosul, que constitui o projeto internacional mais relevante com o qual estes países estão comprometidos.

O artigo 1º do Tratado de Assunção prevê os objetivos do Mercado Comum do Sul, que compreendem a integração dos seus Estados-Membros, mediante a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma tarifa externa comum e a da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e do compromisso de harmonização de legislações nas áreas pertinentes, para alcançar o fortalecimento do processo de integração.

Segundo Baptista (1998, p.12), o Tratado de Assunção apresenta características especiais, que são o elemento de mudança e o de continuidade. O elemento de mudança compreende a inserção de um novo quadro nas relações

entre os países sul-americanos, que não se limitam aos aspectos econômico e comercial, como também aspectos políticos. Caracteriza-se também como elemento de continuidade, pois “prolonga os esforços integracionistas de Brasil e Argentina, assim como os do continente”.

Segundo Almeida (1998, p.79), “O Mercosul constitui uma resposta criativa à nova dinâmica das economias nacional e internacional, uma vez que o esgotamento das políticas substitutivas levou obrigatoriamente à necessidade de encontrar novas formas de inserção econômica externa”.

De acordo com o autor acima citado, alguns autores afirmam que os projetos de integração são pontes para a inserção internacional. Alguns projetos se limitam à integração econômica e outros se estendem à esfera política, como é o caso Mercosul (Herz & Hoffman, 2004).

Os processos de integração econômica, geralmente, delineiam um conjunto de mudanças para seus membros, pois quanto mais avançada à integração do bloco, maior é a interdependência entre os países membros. Com isso, mostra-se fundamental que os Estados-Membros se dediquem na construção de relações harmônicas e de políticas comuns, para que possam alcançar os objetivos da integração.

Neste contexto, nota-se a importância dos Estados Membros se esforçarem em prol do aprofundamento da integração. Nessa etapa, como o bloco ainda não contava com personalidade jurídica internacional, no art.18º do Tratado de Assunção nota-se a dedicação concedida a esse aspecto, marcando para dezembro de 1994 uma reunião extraordinária, com objetivos de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, bem como a tomada de decisões.

### **1.3.2 PROTOCOLO DE OURO PRETO**

Após intensas negociações entre os Estados Partes no período de transição, os quatro países decidiram criar uma nova estrutura institucional para o Mercosul, o fundamentado no Protocolo de Ouro Preto (PO), em 17 de dezembro de 1994.

Conforme o artigo. 1º do PO, a estrutura institucional do Mercosul contará com os seguintes órgãos: Conselho do Mercado Comum (CMC); Grupo Mercado

Comum (GMC); Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) e Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

O artigo 34º do referido protocolo, registra uma etapa mais avançada do processo de integração latino-americano, dotando o Mercosul de personalidade jurídica internacional. Assim, compreende-se que o modelo institucional do Mercosul encontra-se fundamentado aos conceitos do direito internacional público, sendo característica marcante o fato de que todas as decisões do grupo devem estar vinculadas à vontade políticas dos Estados Partes.

O Mercosul alcançou a condição de União aduaneira devido à criação da Tarifa Externa Comum (TEC), em vigor a partir de 1995, após ter eliminado grande parte das tarifas e das restrições não-tarifárias de muitos produtos comercializados intra-bloco (Almeida, 1998).

A atual situação do bloco é de uma União Aduaneira Imperfeita, pois no âmbito de Mercosul ainda se mantém o regime de exceções, produtos que ficam fora do âmbito de aplicação da TEC (Almeida, 1998).

### **1.3.3 PROTOCOLO DE USHUAIA**

A história revela que, para um processo de integração regional realmente acontecer os países interessados devem ser, prioritariamente, democráticos. Assim o sucesso de tal processo está diretamente ligado à tradição democrática dos seus Estados-Membros.

Malamud e Schmitter (2006) atribuem três razões diante da necessidade dos países membros serem democráticos, a saber:

- O governo deve possuir forte legitimidade dentro de sua sociedade para que possa firmar os compromissos pertinentes ao processo de integração;
- A presença de governos democráticos expressa a segurança de que nenhum deles recorrerá á força para resolução de eventuais conflitos e;
- Nos governos democráticos há possibilidade de criação de associações de interesses sociais transnacionais bem como a participação na elaboração das políticas transnacionais. Entende-se que somente nas democracias os cidadãos possuem liberdade para organizar essas formas de ações coletivas.

No âmbito do processo de integração do Mercosul, sabe-se que os Estados interessados no sucesso desse processo também creditam importância à questão da presença de políticas democráticas, tomando como exemplo o desenvolvimento real do processo integracionista na região, que se concretizou a partir do retorno de governos democráticos na década de 80.

Nesse período, as políticas externas argentina e brasileira se convergiam, principalmente sobre os valores democráticos. Ambos os países se preocupavam com a restauração completa e a consolidação da democracia em seus países.

De acordo com Vaz (2002, p.73) no Brasil, o governo Sarney,

Confrontou o desafio de adaptar a política externa às novas condições do cenário internacional e do próprio país, procurando superar desconfianças geradas regional e globalmente pela orientação autárquica, baseada na leitura hobbesiana, com a qual os governos militares haviam conduzido.

O mesmo autor salienta a posição da Argentina que também buscava meios para redefinir os parâmetros de sua inserção internacional. Nesse sentido Alfonsín buscava,

Com base em uma perspectiva eminentemente política, em que se privilegiava a dimensão de legitimidade que a restauração democrática lhe conferia, para também afirmar-se internacionalmente por um intenso esforço de recuperação da credibilidade externa, que havia sido fortemente erodida em razão dos abusos de poder perpetrados pelo regime militar, ao que se somaram a Guerra das Malvinas e a deterioração da economia, com reflexos no campo social (p.73).

Nesse contexto, observa-se que as possibilidades de estabelecimento de uma parceria estratégica entre os dois países se intensificavam, contribuindo para a redefinição de suas relações no âmbito regional. Observa-se no início dos anos 90, perante um cenário consideravelmente modificado pelo fim do confronto leste-oeste, pelos grandes números de blocos econômicos emergentes, pelo gradual alinhamento dos Estados frente às perspectivas do liberalismo econômico e, principalmente, frente à democracia como “valores consagrados na ordem internacional emergente” (Vaz, 2002, p.81).

Assim em 24 de julho de 1998, os presidentes dos Estados Membros do Mercosul e das Repúblicas da Bolívia e do Chile, assinaram o “Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático”, consagrando a vocação democrática de seus governos. No artigo 1º desse instrumento, os seis países reconhecem que a vigência das instituições democráticas é condição indispensável para a existência e para o

desenvolvimento do Mercosul. Com isto, eventuais alterações da ordem democrática constituem uma barreira inaceitável para a continuidade do processo de integração.

Os seis países subscreveram a “Declaração Política do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz”, por meio da qual os países manifestaram a importância da paz para a continuidade do desenvolvimento do processo de integração regional.

Diante do contexto em que se encontravam os dois principais países do Mercosul, após longos períodos militares, diante das cicatrizes e na tentativa de reformar o cenário, defendia-se o retorno da democracia como meio facilitador para a restauração dos países.

Vigevani e Mariano (2002) que salientam que:

A preocupação com o caráter democrático dos países participantes do Mercosul está tornando-se um tema cada vez mais importante dentro da própria integração regional, basicamente porque, à medida que esta se aprofunda, os impactos na sociedade tornam-se mais visíveis e provocam a mobilização dos interesses nelas presentes (p.69).

Sendo assim podemos observar a partir dessa perspectiva que alguns autores analisam a presença dos valores democráticos nos processo de integração de forma positiva.

Mas no contexto atual, o processo democrático do Mercosul é tido como débil e quase que inexistente, como veremos nos próximos capítulos que tem como foco central de estudo a participação da sociedade civil brasileira e argentina e conseqüentemente a debilidade institucional do mesmo.

## 2 SOCIEDADE CIVIL

Es preciso que despertemos de la inacción, que sacudamos el yugo extranjero, y que tengamos presente que a nuestra inércia debe este su preponderância, y que la nación está abatida com tanto desdoro; apliquémonos todos a buscar los médios de sacarla de este estado com todas nuestras fuerzas siguiendo los pasos de la naturaleza; esta Madre Sabia, que há depositado em cada País uma riqueza para que trabajando el hombre lo haga poderoso, y furte contra quien lo quiera oprimir. Manuel Belgrano, 1802.

A expressão “Sociedade Civil” se refere à arena de ações coletivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores. Na teoria, suas formas institucionais são distintas daquelas do Estado, família e mercado, embora na prática, as fronteiras entre eles sejam freqüentemente complexa, indistinta e negociada. A Sociedade Civil comumente abraça uma diversidade de espaços, atores e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder.

Sociedades civis são freqüentemente povoadas por organizações não-governamentais de desenvolvimento, grupos de auto-ajuda, movimentos sociais, associações comerciais, coalizões e grupos de ativistas. London School of Economics. Encontrado em [HTTP://pt.Wikipedia.org/Sociedade civil](http://pt.wikipedia.org/Sociedade_civil).

O leque de interpretações sobre o significado do termo Sociedade Civil é amplo. Mesmo dentre os liberais, eternos defensores do termo, também não é uma a interpretação. Temos desde aqueles que utilizam o termo como processo de privatização, implicando a expansão do mercado e a limitação do Estado, até liberais da corrente humanista, que atribuem como espaço da sociedade civil o processo da participação comunitária em projetos públicos, aumentando o desempenho do governo e da aceitação pública. Outros advogam como sinônimo de civilidade.

Recentemente observa-se, no ocidente, o crescimento da interpretação da sociedade civil como aperfeiçoamento dos processos deliberativos democráticos, para criar mais espaço público.

Historicamente, atribuí-se a Aristóteles a origem do conceito de sociedade civil: “Koinonia polítike”, expressão traduzida para o latim como “societas civilis”, correspondendo a uma “comunidade pública ético-política”, possuidora de um ethos compartilhado pelos membros que a constituem. A separação sociedade civil-Estado só vem a acontecer na Idade Moderna, a partir dos escritos de Ferguson e Paine.

Ferguson evidencia o fato de que o Estado não é uma extensão imediata da Sociedade Civil (Apud Costa, 1997.p.3).

Na doutrina do Jus naturalismo, a exemplo de Hobbes, Locke e Kant, a sociedade civil é entendida numa situação de oposição à natureza. Para Hobbes, assim como para Locke, a sociedade civil tem duplo aspecto; o de sociedade política e o de sociedade civilizada. A sociedade civil é considerada por Hobbes e seus seguidores como sendo a sociedade que se opõe à etapa primitiva da humanidade, o estado selvagem. Não há aqui uma separação entre as expressões “sociedade política” e “sociedade civilizada”.

Rousseau não comungava dessa idéia. Esse teórico se diferencia da maioria dos autores dos séculos XVII e XVIII. Para ele, a sociedade civil é a sociedade civilizada, no sentido da não barbárie, mas sem implicar, necessariamente, em sociedade política. Esta surgirá do contrato social e será uma recuperação do estado de natureza e uma superação da sociedade civil. (Bobbio, 1986: 1.207-1.208). É importante lembrar, que essa visão do direito natural deu bases à Declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa.

Foi a partir de Hegel, no século XIX, que o conceito de sociedade civil assume um estatuto teórico efetivo. As regras de mercado assumem um caráter fundamental para a estruturação da sociedade civil. Hegel localiza a sociedade civil entre as esferas da família e do Estado. Nessa concepção, a sociedade civil vai incorporar tanto o sistema das necessidades de esfera econômica, como o aparato jurídico, a administração pública e a corporação.

A partir desta perspectiva Vieira (2001, p. 52), registra com clareza que:

Hegel é o primeiro autor moderno a conferir centralidade à idéia de sociedade civil. Nem família nem o Estado são capazes de esgotar a vida dos indivíduos nas sociedades modernas. Sociedade civil para Hegel implica simultaneamente determinações individualistas e a procura de um princípio ético que jamais poderia vir do mercado, mas sim das corporações.

No pensamento de Karl Marx, a sociedade civil não significa instituições postas entre família e Estado, como foi concebida por Hegel. Esta vai estar reduzida ao sistema das necessidades, isto é, à economia capitalista da sociedade burguesa.

Para Marx a base econômica material modela tanto a religião e a filosofia quanto as formas de expressão cultural e as instituições exigentes. A sociedade civil envolve todo o conjunto da vida comercial e industrial de um determinado grau de desenvolvimento.

Sociedade civil compreende todo o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa, e nesta medida transcende o Estado e a nação, embora, por outro lado, tenha de se fazer valer em relação ao exterior como nacionalidade e de se articular como Estado em relação ao interior (Marx & Engels, 1974, p. 94).

Gramsci entra na história das idéias políticas, sendo o primeiro autor a compreender o espaço da sociedade civil como o espaço de organização da cultura. Para ele, a sociedade civil está na superestrutura social. Gramsci, diferentemente de Hegel, não reduz a sociedade civil ao nível da esfera dominada pelo direito de propriedade. Para Gramsci, a dominação de uma classe sobre outra não se dá apenas no plano econômico, mas em diversas instâncias. A hegemonia não é um mero produto do domínio econômico e conseqüentemente, do Estado, que estaria sob o controle da classe dominante. Ela ocorre também, principalmente no plano cultural e expressa o poder de uma determinada classe de dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade. O espaço principal para a disputa pela hegemonia é a sociedade civil e se completa no plano da sociedade política do Estado (Costa, 1997, p. 05).

A filosofia política de Gramsci destaca a importância da organização da sociedade civil para a mudança da sociedade política, num plano onde há táticas e estratégias denominadas guerra de posição e guerra de movimento. Trata-se de organizar a sociedade civil para democratizar o Estado e seus aparelhos como por exemplo, a sociedade política. Ela não se contrapõe ao Estado, mas é uma de suas partes constitutivas, junto com a sociedade política. A sociedade civil é uma esfera do ser social, diz Coutinho (1999), uma arena privilegiada da luta pela hegemonia e pela conquista do poder político (apud Maria da Glória Ghon, 2005 p.65).

No final do século XX, recuperaram-se as contribuições do autor Alexis de Tocqueville (1998), considerado fundamental na implantação do modelo de democracia norte-americana

Tocqueville ficou fascinado pelas redes cívicas americanas, nascidas espontaneamente do que denominou como aspiração e desejo de pessoas livres. Ele descreve a sociedade civil como uma associação cívica, que consiste numa legião de entidades assistenciais, de caridade, fraternais, ligas cívicas, associações religiosas etc. Este ressurgimento teve precursores nos próprios Estados Unidos que, muitos consideram como os verdadeiros fundadores da sociedade civil, devido aos milhares de tipos de associações voluntárias que criaram: religiosas, morais, de

caráter geral e restrito, grandes e pequenas, todas consideradas fundamentais para o funcionamento da democracia americana.

Para Daniel Bell (1989), já havia assinalado que a sociedade civil é uma das características centrais do sistema sociopolítico americano e é a própria base do expansionismo americano. Para ele, a sociedade civil denota um setor no qual instituições não políticas operam, a saber; a família, templos religiosos, grupos de vizinhança, grupos cívicos e inúmeras associações voluntárias.

Como podemos observar, a discussão sobre a sociedade civil, a partir da matriz filiada às origens de Tocqueville, parte de análises do micro, do local, da comunidade, ou nestas, olha as relações entre os indivíduos, como se formam os grupos, como se comportam as lideranças. As estruturas macrosociais não são priorizadas nas análises.

Jeffrey Alexander (1998), fez uma importante contribuição ao debate contemporâneo sobre sociedade civil ao incluí-lo na galeria de conceitos que lutaram e foram se impondo ocorrendo sua secularização, a exemplo, no passado, dos conceitos de classes, raça, partido, religião, seitas e nas últimas décadas com os conceitos de gênero, sexualidade e identidade. Segundo o mesmo autor sugere que a sociedade civil pode ser concebida em três formas típicas ideais, as quais têm sucedido uma após a outra na História moderna. Na primeira forma, pós-medieval, pós-hobesiana, a sociedade civil é compreendida por pensadores como Locke e Harrington pelos moralistas escoceses, especialmente Ferguson e Smith e depois por Rousseau e por Hegel e nos últimos tempos desta etapa por Tocqueville.

A sociedade civil era compreendida como um guarda-chuva para a gama de instituições, mas também incluía o que Tocqueville denotava como religião voluntária, associações, organizações públicas e privadas, todas as formas de relações sociais cooperativas que criavam vínculos de fidelidade e confiança, opinião pública, instituições de direitos legais e partidos políticos. Nesse primeiro período, o entendimento sobre a sociedade civil abrangia forças distintas, do ponto de vista da ética e da moral.

Hirschman (1977), exemplificou isso ao dizer que o processo e as instituições do mercado capitalista eram concebidos como algo que agregava boas qualidades para o cenário de paz internacional, tranquilidade doméstica, e aumento da participação democrática. O capitalismo era entendido, em si próprio, como produtor de disciplina e responsabilidade individual. O desenvolvimento do

capitalismo industrial no século XIX, alterou profundamente a imagem do mercado capitalista, que passou a ser visto como egoísta, uma força anti-social danosa a sociedade e a suas ações coletivas. Esta transformação, gerou segundo Alexander, a segunda forma histórica do conceito de sociedade civil. Ela passou a ser vista como um espaço de interesses puramente privados, parte da superestrutura da sociedade, especialmente na teoria marxista. Desaparece uma teoria social sobre a sociedade civil, todas as atenções concentram-se no Estado. Temas como a participação democrática, refluíram nas ciências sociais, mobilidade, pobreza e conflitos de classes tornam-se os tópicos principais de pesquisas e das preocupações teóricas (apud Maria da Glória Ghon, 2005, p. 67).

Os acontecimentos históricos nas últimas décadas do século XX levaram à criação da terceira forma de compreensão da sociedade civil. As teorias e ênfases sobre as ações estatais declinaram, segundo Alexander. Há um retorno não apenas à teoria democrática, mas também a Hegel e o pragmatismo. As ciências sociais passam a ter interesses nos laços e relações informais, nos relacionamentos íntimos, na subjetividade das pessoas, nos processos de solidariedade e confiança, nas instituições da vida pública, nos processos culturais e simbólicos. Isso tudo leva a concebermos a sociedade civil como algo maior que um simples guarda-chuva como fora exposto no decorrer do capítulo que abriga o que não está no âmbito estatal. A sociedade civil passou a ter em algumas abordagens, certa independência. Criou-se um espaço para o senso comum, que a sociedade civil não é apenas espaço para ações individuais, mas ela deve construir um senso coletivo de obrigações sociais e de responsabilidades sociais, que declinaram na segunda etapa.

Disso tudo, Alexander conclui nesse cenário que a “sociedade civil pode ser concebida como um tipo de comunidade civil”, uma esfera solidária na qual certo tipo de comunidade universal cresce gradualmente, manifestado pela opinião pública, onde possui códigos e narrativas próprios, expressos em idiomas democráticos. É modelada por um conjunto de instituições particulares, a maioria de notabilidade legal e algumas jornalísticas, um conjunto de práticas interativas de civilidade, igualdade, criticismo e respeito “(Alexander, 1998. p.7).

Na ótica de Ana Alejandra Germany y Giorgio Albery,

El concepto de sociedad civil se complica aún más por el hecho de tener a la vez um significado normativo y descriptivo, de ser mismo tiempo um valor social y um conjunto de instituciones sociales. Todas las versiones

históricas de sociedade civil tienen un significado normativo y descriptivo, porque describen un proyecto político y objetivo a la vez que describen una realidad existente (p. 6).

É justamente por isso que temos que ressaltar a importância em prol do debate da sociedade civil. Segundo os autores citados é preciso problematizar a questão de como politizar e unificar a sociedade civil e pensá-la como algo fundido à economia, política e ao Estado, como um espaço para a superação dos particularismos e descobrir como isso poderá ocorrer no contexto atual do Mercosul, no qual estão gravemente dificultadas as agregações superiores.

De acordo com Simionatto, a temática apresentada aponta para uma situação real e preocupante em relação à agenda social do Mercosul e os principais desafios no campo das políticas sociais tendo em vista o processo de integração regional. Os estudos nesse campo são unânimes quanto ao avanço das políticas comerciais, aduaneiras, agrícolas, mas relativamente inócuo em relação à construção de um sistema de proteção social com programas e políticas sociais integradas mediante um processo de construção democrática. O tratamento da questão social no âmbito da integração regional sob esta perspectiva tem se colocado no horizonte e nas metas dos atores sociais incluindo tanto os governos dos países membros, quanto às organizações da sociedade civil que militam neste processo.

Sendo assim, devemos salientar que o protagonismo político da sociedade civil na construção da agenda social no âmbito da integração regional é quem poderá determinar em que medida poderão afirmar os interesses das classes subalternizadas e dos grupos econômicos, mas só poderá ocorrer tais mudanças com uma sociedade civil forte e ativa no atual contexto em que se encontra o Mercosul.

Para Germany y Georgio,

Seria muy simplista asumir que se puede llegar a una definición objetiva, pero es fundamental mantener separado los diversos usos analíticos, políticos, normativos del concepto. Algunos autores subrayan que el debate mismo sobre el significado de sociedad civil es parte de la esencia misma del concepto, que su ambigüidad constituye justamente una de sus atractivos (apud Kaldor, 2004). Sin embargo, también contribuye a crear una serie de dudas sobre la utilidad y eficacia del concepto (p. 8).

É o desafio com que teremos de nos haver daqui para frente devido suas proporções políticas e também por suas evidentes implicações políticas e sociais. Podemos considerar como um desafio especialmente adequado para reativar o

pensamento crítico de modo pleno, isto é, com a mesma radicalidade, contundência e criatividade que sempre o distinguiu (Nogueira, 1998. p, 285).

Finalizando, cabe citar o disposto por Mandel, no qual salienta que,

Se não fazemos nada, estamos condenados, se atuamos, não temos nenhuma segurança de vencer, mas temos uma possibilidade. Agora toda tentativa de solução individual, parcial, fragmentada, descontínua para essas tremendas ameaças que se observam está desde o início condenada ao fracasso. A única possibilidade está na ação coletiva e democrática e finaliza dizendo que, talvez essa seja a única orientação que devemos adotar para resolver a crise da humanidade (p. 228).

## **2.1 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS – ONGS**

A América Latina contemporânea tem fornecido o cenário para a emergência e multiplicação de movimentos sociais ao longo dos últimos dez anos. Por vezes isso parece tomar um cunho quase insurrecional, em outros momentos tal processo se conecta a mudanças mais amplas no sistema político, em outras situações ou momentos esses movimentos se mostram como força importante, sem contudo, obter maior impacto na sociedade inclusiva.

Segundo Antonio Carlos Carneiro de Albuquerque (2006), Organizações Não-Governamentais são instituições privadas sem fins lucrativos que, ao obter algum resultado econômico de suas atividades, devem reinvesti-lo na atividade alvo da organização. Apesar de não-governamentais, os fins a que essas instituições se dedicam têm características de serviço público, ainda que em escala diferente do realizado pelo Estado. Diferentemente dos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e associações de moradores, as ONGs não tem um caráter representativo, podendo falar somente em nome próprio. Como organizações particulares, elas têm se multiplicado em função das demandas e iniciativas existentes. De qualquer modo, isso não lhes traz um problema de legitimidade.

O autor também salienta que é pela eficiência e importância do trabalho que vem sendo desenvolvido por essas organizações que sindicatos, associações, movimentos, redes sociais, igrejas, órgãos governamentais e universidades formam parcerias para trabalhar com as ONGs em programas, projetos, seminários, campanhas etc, conseguindo assim, potencializar seu trabalho (p.31).

Para Maria da Glória Ghon (2005) a emergência dos movimentos sociais e populares nos anos 70 e 80 possibilitaram a entrada de novos atores em cena e

criou novos sujeitos coletivos. Este processo de experiência demarcou um novo campo de atuação na sociedade civil, relativo à participação dos cidadãos na vida pública e explica em parte a emergência e o desenvolvimento das ONGs naquele período em cena pública, assim como o papel na sociedade do início deste novo milênio.

Nos anos 70 e 80, as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares na luta contra o regime militar e pela democratização do país.

Nesta fase, as ONGs cidadãs, movimentalistas e militantes, deram suporte para a ação dos movimentos e ajudaram a construir um campo democrático popular.

A face movimentalista encobria, nas próprias ONGs, sua outra face, a produtiva, geradora de inovações no campo de alternativas às necessidades e demandas sociais.

Nos anos 90 o cenário ampliou e se diversificou, segundo a mesma autora, quando surgiram entidades autodenominadas como terceiro setor, ao lado das ONGs cidadãs e militantes propriamente ditas, com perfil ideológico e projetos políticos definidos.

Essas últimas saem da sombra, colocando-se à frente dos movimentos, tornando-se, em alguns casos, instituições autônomas e desvinculadas dos movimentos e em outros casos entraram em crise e se fragmentaram. As ONGs cidadãs que sobreviveram sofreram várias transformações, das quais podemos citar as que mais se destacaram:

- a) A maioria das ONGs adotou uma perspectiva de intervenção direta no meio popular e não mais como um órgão executor de atividades e assessoria;
- b) As ONGs se especializaram em temas e assuntos tais como: atuação com as mulheres, crianças e adolescentes, políticas públicas voltadas para os problemas urbanos, força sindical, produção alternativa no campo etc.
- c) Passaram a atuar no campo dos Direitos de Terceira Geração: gênero, meio ambiente, direitos humanos, etnias, sexo;
- d) Das Áreas Sociais Básicas: Direitos Sociais ou de Primeira Geração, saúde, educação, moradia e alimentação.
- e) Dos Grupos sociais clássicos na Assistência Social de crianças, jovens, adolescentes e idosos;
- f) Da área da Cultura: música dança, literatura, pintura, escultura, teatro e comunicações, defesa da preservação do patrimônio histórico e artístico dos povos;

g) Dos grupos vulneráveis e causas sociais: pobreza socioeconômica (Ghon, p. 90).

As mudanças que ocorreram dentro das organizações lhes conferiram um novo papel mais ativo perante a sociedade, passando a trabalhar por projetos específicos e focalizados. Isto fez com que essas organizações que apenas prestavam assessoria, começassem a atuar em redes temáticas de abrangência local, regional, nacional e transnacional. O resultado foi um novo protagonismo na forma de atuar, buscando especialização e qualificação de atores especiais, clientelas das políticas em parcerias, cursos, seminários capacitações e treinamentos.

Essa atuação representava a nova conjuntura econômica das ONGs, e também sua natureza contraditória dos fenômenos sociais.

Para Sérgio Haddad, (Folha de São Paulo, 25/07/01, A3)

O debate sobre as ONGs divide a sociedade mesmo entre aqueles de um mesmo campo profissional, da mesma posição política ou da mesma nomenclatura, podemos encontrar uma infinidade de entidades com histórias, tamanhos, missões, modelos organizacionais e mecanismos de sustentabilidade completamente diferentes uns dos outros. Por se definirem como não Estado e por suas características de organização sem fins lucrativo sendo um não mercado, portanto cabem aí gatos e sapatos é necessário o joio da semente.

O mesmo Haddad complementa que uma ONG tem uma estrutura mais fluida, não representante de ninguém. É um grupo de pessoas que produz um certo tipo de conhecimento e ajuda a sociedade civil a produzir novos direitos (Folha de São Paulo, 21/02/02, p. A6).

Ao tratarmos das ONGs, não podemos deixar de lado o tema do Terceiro Setor, do qual elas fazem parte. Existem alguns autores que não distinguem o Terceiro Setor do universo das ONGs, mas no Brasil, dado o processo histórico vigente, as próprias ONGs não gostam de serem confundidas com o Terceiro Setor, embora participem de atividades onde estão presentes, declaradas e nomeadas como sendo pertencentes ao Terceiro Setor.

O importante é diferenciar o Terceiro Setor, organizado segundo diferentes lógicas que vão da ótica do mercado a entidades com projetos emancipatórios. A relação com a população também varia de tratamento, cidadãos, mandatários, usuários, consumidores etc. O projeto político dessas entidades não são claros e usualmente elas se apresentam como apolíticas. Há diferentes paradigmas bem distintos na sua abordagem:

- a) Abordagem utilitarista onde a lógica racional move as pessoas e as ONGs;
- b) Assistencial e integradora, fundada no voluntariado e voltada para eliminar tensões e conflitos sociais;
- c) Ator social emergente, onde as experiências dos atores desempenham um papel fundamental. O ator é reconhecido à medida que pode, ou tem recursos para influenciar os outros, a partir da posição que ele ocupa no cenário em questão.

Nos últimos anos, uma série de pesquisas sobre o terceiro setor vem sendo realizadas por organizações internacionais, por organizações não-governamentais e pela iniciativa privada. A divergência quanto ao conceito, à metodologia e aos critérios de classificação dos diversos segmentos do terceiro setor, leva a resultados significativamente diferentes em relação aos números de organizações e instituições existentes, assim como em relação à área de atuação e a fontes de financiamentos etc. A confusão de sua terminologia também faz com que esse setor seja completamente ignorado ou subestimado nas estatísticas econômicas, além de reduzir seu porte e valor em todo o mundo.

No entanto, a atuação das organizações é desarticulada e bastante descentralizada, ao contrário de centrais de comando, formam-se redes de relacionamento em que a autonomia e a iniciativa local são condições necessárias. Essa estratégia de atuação em redes permanece até os dias atuais, sendo utilizada pelas organizações do terceiro setor na América Latina e em outras partes do mundo. Mas apesar do seu alto nível de informalidade por parte das organizações nada impede que o chamado Terceiro Setor e as ONGs atuem de forma eficiente, alterando a realidade social e econômica da região e de sua população.

Voltando ao foco principal do capítulo sobre a compreensão das ONGs que usualmente têm seus objetivos diferentes do Terceiro Setor. Para começar, elas se estruturam como organizações, possuem quadros hierárquicos, desenvolvem o voluntariado, há também o assalariamento e trabalham segundos projetos etc. Nas ONGs que prestam ou desenvolvem um serviço, o caráter educativo de suas ações é voltado pela forma diferenciada em que este serviço é feito, sem seguir a lógica do mercado e sim a lógica da cooperação e da solidariedade visando à promoção e a inclusão entre as camadas periféricas.

Para Sonia Alvarez (2001) os atributos éticos das ONGs expressam-se, em atender os compromissos e necessidades físicas dentro de um panorama que

contempla também um compromisso político, de luta contra a pobreza e a exclusão, partindo do pressuposto da necessidade de mudanças das estruturas que reproduzem essa pobreza e geram a exclusão. Portanto, só as metas de busca da eficácia, competência, resultados e talentos, não resolvem os desafios postos às ONGs e à sociedade.

A partir do exposto da autora, chegamos à conclusão que algo mais é necessário para se contrapor ao modelo que está implantado no país, exigindo que as ações das ONGs tenham vínculos com a sociedade civil, movimentos sociais populares, com todos os grupos organizados que construíram a árdua transição do regime militar à democracia, com todos aqueles que lutaram por direitos sociais no país, aqueles que morreram em nome dessa frágil democracia que vivemos até os dias atuais e por aqueles que vão continuar lutando para que o debate em prol da democracia não tenha sido em vão.

Com relação à participação das ONGs no Mercosul, devemos ressaltar que as mesmas ocupam um lugar cada vez mais relevante nos planos nacional e mundial, o que incide diretamente nas concepções sobre a integração regional e principalmente sobre a fragilidade estrutural da atual conjuntura do Mercosul.

## **2.2 MOVIMENTOS SINDICAIS**

Segundo a definição de Bobbio, Matteuci e Pasquino, “o Sindicalismo pode ser compreendido como uma ação coletiva para proteger e melhorar o próprio nível de vida por parte de indivíduos que vendem a sua força-trabalho” (p.1150).

Os mesmos ainda concluem que:

É difícil ir além desta definição abstrata e indeterminada, porque o sindicalismo é um fenômeno complexo e contraditório. Ele nasce, de fato, como reação à situação dos trabalhadores na indústria capitalista, mas constitui também uma força transformadora da sociedade.

Já para Roque Aparecido da Silva (2001) os movimentos sindicais surgiram como expressão da necessidade de organização dos trabalhadores, visando à defesa de seus interesses enquanto assalariados. Nesse sentido, a organização sindical sempre se propôs a representar o conjunto dos assalariados, independentemente de suas opções políticas, religiosas ou filosóficas, constituindo-

se em instância unificadora da classe como um todo para o seu enfrentamento com o patronato.

As formas de organização do sistema produtivo criam divisão e competição entre os trabalhadores, o que só pode ser superado a partir da organização coletiva dos assalariados em sindicatos. Para realizar e unificar tais objetivos os movimentos sindicais procuram organizar a classe para defender os seus interesses. Os sindicatos desde os seus primórdios procuravam se constituir e gerir autonomamente, evitando a ingerência de interesses de outras instituições como, por exemplo, o Estado, partidos políticos etc., porque acreditavam que qualquer tipo de controle resultaria em prejuízo para os trabalhadores na busca de suas aspirações.

A partir da experiência histórica de vários países capitalistas, pode-se dizer que as condições básicas para a consolidação de um sindicalismo são:

- a) Caráter massivo das entidades sindicais, conseguido através da mobilização permanente dos trabalhadores, os únicos a quem cabe decidir sobre os caminhos a seguir. A participação efetiva do conjunto dos associados é a garantia do poder de que necessitam os sindicatos para conquistar e conservar sua autonomia frente a outras instituições que buscam controlá-los.
- b) A democracia como prática permanente na atividade das entidades sindicais. Entende-se por democracia aqui, não apenas a efetiva participação das bases, mas também a forma de relacionamento entre as diferentes tendências políticas que atuam no seio do movimento dos trabalhadores nas lutas a serem empreendidas, pois todos podem então se sentir representado e, portanto, responsáveis pela execução das ações deliberadas.
- c) O princípio da unidade do conjunto dos trabalhadores no interior de suas entidades de classe, acima de qualquer outro interesse e como centro da política sindical. A construção e manutenção da unidade são facilitadas quando se trata de sindicatos massivos e democráticos. (Silva, p.18).

Sob a ótica de (Shuurman e Van Naerssen, 1989. p.89), “as questões dos movimentos sindicais resultaram na redescoberta de novos movimentos nos países do Mercosul e são considerados de primordial interesse, para obtenção de sucesso do bloco.

Sendo assim, se faz necessário apresentar o atual papel dos movimentos sindicais no escopo do Mercosul, mas antes de salientarmos a importância desses movimentos, é preciso lembrar o Tratado de Assunção e a Questão Social que delinearão as diretrizes principais das questões laborais do Mercado Comum do sul.

Os 24 artigos do Tratado de Assunção evidenciam, de maneira contundente, que a questão da cidadania, de uma forma geral, e os direitos sociais, em particular, não se encontrava nas cogitações dos países membros da época da assinatura do Tratado, quando decidiram acelerar o processo de integração impulsionado na década de 80. Os direitos dos povos envolvidos não chegaram sequer a ser debatidos, o mesmo ocorreu com as organizações próprias da cidadania, sejam sindicatos, partidos ou associações representativas da sociedade civil. As referências ao tema limitam-se à incorporação, no preâmbulo, de formulações abstratas e imprecisas que falam em integração de mercados como condição fundamental para o desenvolvimento econômico com justiça social e na necessidade de desenvolvimento científico e tecnológico e de modernização das economias dos Estados-Partes a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes.

Nos dispositivos do Tratado encontram-se apenas alusões laterais que acabam incidindo sobre o domínio. O art. 1º estabelece, em seu inciso final, “o compromisso dos Estados-Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração”. Já o art. 5º, que se refere aos principais instrumentos para a constituição do Mercado Comum, indica entre eles, em sua alínea d, “adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção”

Nas palavras de Babace,

la alusión elíptica, y tal vez inadvertida, al trabajo asalariado como factor de producción y referido a la finalidad de optimizar su utilización y movilidad, o por lo menos omisión en la consideración de los aspectos laborales”.

Segundo o autor, tais circunstâncias, lhe parece facilmente compreensível, já que o Tratado foi elaborado basicamente por economistas e diplomatas. Como se pode perceber, fora usado a mesma lógica presente nos primeiros anos da construção europeia, quando a liberdade de circulação dos trabalhadores era encarada unicamente como instrumento para atingir o mercado comum.

Voltando ao papel dos movimentos sindicais no âmbito do Mercosul, o objetivo deste capítulo é de apresentar de maneira sucinta os desdobramentos dos sindicatos no atual contexto.

Podemos dizer sem sombras de dúvidas que o Mercosul tornou-se um importante tema para a agenda sindical. Inicialmente, a integração regional chamou pouca atenção da maior parte das centrais do cone sul, todavia, à medida que os governos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai aprofundavam as negociações, essas organizações iam transformando sua estratégia de inserção nesse processo. As centrais sindicais passaram a reivindicar maiores espaços de participação, bem como a inclusão da dimensão social nos acordos de âmbito regional.

Embora haja diferenças históricas, ideológicas e mesmo político-partidárias entre as centrais sindicais do cone sul (CCSCS), o avanço da participação desses atores de forma articulada e consensual no Mercosul passou a ser um dos seus grandes desafios. Embora em nível nacional as centrais sindicais tenham posições distintas, às vezes, em oposição uma com outra, no âmbito do Mercosul elas conseguem atuar em bloco, de maneira consensual. É notório que a formação do Mercosul possibilitou a concretização de uma instância de inter-relacionamento entre as centrais.

Com o Mercosul as organizações sindicais foram levadas a refletir sobre as questões que afetam mais diretamente a vida dos trabalhadores, como por exemplo, os impactos da integração na oferta de emprego, os direitos laborais e leis trabalhistas, o fluxo de mão-de-obra, entre outros.

Sendo assim, o Mercosul criou certo tipo de conflito para as centrais sindicais, provocando uma maior interação entre elas e os governos nacionais, empresários e instituições regionais. No caso específico do movimento sindical, o Mercosul tem sido um importante espaço para o estabelecimento de relações de solidariedade e de desenvolvimento de ações consensuais, muitas vezes difíceis de serem alcançadas no plano nacional.

Quando entramos no campo da participação efetiva até mesmo para os sindicatos existe uma dificuldade em termo organizacional, essa dificuldade ocorre devido à velocidade em que acontecem as transformações econômicas em curso. A crescente mudança tecnológica, a reestruturação produtiva, as novas técnicas gerenciais das empresas transnacionais, o desemprego e a heterogeneidade dos

trabalhadores têm colocado as organizações sindicais na difícil atuação de encontrar novas estratégias para manter o seu poder de influência no mundo atual.

Para finalizar o breve capítulo, é preciso apontar que no caso específico da integração do Cone sul, os sindicatos têm encontrado dificuldade para conseguir uma maior mobilização dos trabalhadores para alcançar resultados mais significativos em suas reivindicações. A opinião pública foi pouco sensibilizada para essas questões. Existe, portanto, uma incapacidade das organizações sindicais influenciar, de forma mais profunda, as negociações do Mercosul e criar uma agenda própria que possa garantir um maior protagonismo desses atores.

Outro aspecto a ser considerado já que a presente pesquisa explicita a participação da sociedade civil no Mercosul, é o pouco espaço de participação direta da sociedade criados no âmbito do Mercosul. Os executivos “controlam” totalmente a regionalização em curso, existindo um déficit democrático decorrente do limitado espaço reservado à participação dos sindicatos e de outros atores sociais, como ONGs, movimentos sociais, universidades e diversas entidades da sociedade civil. Mesmo os poderes legislativos desenvolvem um papel somente de ratificar os acordos assinados pelos governos, como foi o caso do Protocolo de ouro Preto.

Sendo assim, o movimento sindical, terá que adotar uma postura mais afirmativa, negociando à exaustão cada ponto que considere problemático aos interesses dos trabalhadores, esse é um dos grandes desafios que os sindicatos terão que enfrentar para continuarem mantendo a adesão de seus representados neste atual contexto do bloco, onde a participação ainda carece de representatividade, mas apesar de todas as dificuldades apresentadas os trabalhadores e o setor empresarial são os atores mais atuantes no contexto do Mercosul.

## **2.3 PARTIDOS POLÍTICOS**

Os partidos políticos surgiram como instrumentos e interesses de articulação para agirem no interior do Estado, visando transformar a sociedade através de seu poder hegemônico.

O conceito de partido político utilizado emerge sob a ótica de dois autores: Umberto Cerroni (1982) e Max Weber (1996).

Para Cerroni, partido político é “aquele conjunto que podemos definir como uma máquina organizativa mais um programa político” (p.13), estruturado e articulado a ponto de ser sancionado em um documento escrito.

Logo, o partido político não é redutível à parte política e o seu nascimento não deve ser relacionado somente à formação dos primeiros parlamentos e das instituições representativas, pois o partido político tem uma dimensão histórico-teórica que ultrapassa claramente a experiência constitucional da França e da Grã-Bretanha é um fenômeno histórico mundial.

Segundo Neumman (1957, p.597),

“Em resumen, podemos definir al “partido político” em general como una organización articulada de los agentes activos de la sociedade, de aquellos que se interesa por hacerse com el poder del gobierno y que rivalizan por obtener el apoyo popular com outro grupo o grupos que mantienen puntos de vista opuestos. Por su naturaleza es el gran intermediario que une a las fuerzas y ideologias de la sociedad com las instituciones oficiales del gobierno, poniéndolas em relación com una acción política em El seno de la totalidad de la comunidad política”.

Minimizando as divergências ideológicas, tanto para Neumman (1963) quanto para Cerroni (1982), os partidos políticos, entre outras coisas, necessariamente tem a função de estabelecer a conexão entre governantes e os governados em um contexto democrático. Neumman sugere que para isso os partidos políticos devam ter como função organizar o caos da vontade popular, educar o cidadão para as suas responsabilidades políticas e simultaneamente, selecionar os dirigentes.

Para Weber (1996, p.228), os partidos políticos são considerados, “Formas de socialização que descansando em um recrutamento formalmente livre, tem como fim proporcionar poder aos seus dirigentes dentro de uma associação e outorgar por esses meios aos seus membros ativos, determinadas probabilidades, ideais e materiais”.

Ou seja, segundo Weber, os partidos políticos são formas de socialização entre indivíduos com o objetivo de conquistar ou influir na redireção de determinada associação, sendo mecanismos organizados de poder em benefício de seus dirigentes e de seus quadros. Abaixo desses aparecem os membros ativos do partido. Em seguida surgem as massas não associadas, que são solicitadas somente em épocas de eleições, votações ou na orientação para o recrutamento do quadro dirigente em casos de luta efetiva pelo poder.

Ainda, segundo Weber, os partidos políticos são ideológicos ou competem um contra outro incluindo em seus programas as exigências das quais esperam o maior impacto. Em geral os partidos combinam os dois modelos, mas, em última instância, o partido político é mesmo em qualquer caso uma forma de agrupamento entre indivíduos com a finalidade de conquistar o poder no interior de uma associação.

Outro fator importante no conceito Weberiano é que os partidos políticos somente alcançam sua forma moderna com a constituição representativa, ou seja, os partidos políticos modernos são frutos do Estado nacional e do Parlamento existindo na medida em que esses existem.

Nesta acepção, os partidos aparecem, pela primeira vez, naqueles países que inicialmente adotaram formas de Governo representativo, não que os governos nasçam automaticamente com o Governo representativo e sim porque os processos civis e sociais que levaram a esta forma de governo, que previa uma gestão do poder depois conduzido a uma progressiva democratização da vida política e a integração de setores mais amplos da sociedade civil no sistema político. Em termos gerais, pode, portanto se dizer que o nascimento e o desenvolvimento dos partidos estão ligados ao problema da participação, ou seja, ao progressivo aumento da demanda na participação no processo de formação das decisões políticas, por parte de classes e estratos diversos da sociedade.

Naturalmente, o tipo de mobilização e os estratos sociais envolvidos, além da organização política de cada país, determinam em grande parte as características distintivas dos grupos políticos que assim se formam.

Mas para analisar a atuação dos partidos políticos no campo do Mercosul, se faz necessário utilizar fragmentos do recente trabalho de Fernandes Torello, 2010, devido à carência de estudos sobre a atuação dos partidos políticos no contexto do Mercosul, em geral, os estudos sobre o Mercosul com um foco mais amplo consideram uma ausência dos partidos políticos como um dado, sem explicar as causas e/ou suas conseqüências. Dos poucos trabalhos que ressaltam a análise dos partidos no Mercosul se destacam dois, o de Marcelo Fernandes de Oliveira (2003) e dos autores VIGEVANI, PAQUARIELLO e OLIVEIRA (2002).

Tais partidos em relação à integração de reação e prevendo que na medida em que a sociedade e os partidos políticos incorporem pouco a pouco o Mercosul

como algo cotidiano, os partidos irão incorporando estas demandas a suas plataformas políticas:

O ponto de partida nessa análise é que o processo de integração tenderá a se aprofundar em questões que vão além dos aspectos comerciais, exigindo maior participação dos atores políticos. Além disso, os avanços alcançados até o momento tenderão a afetar de modo crescente o cotidiano das populações envolvidas, criando condições mais propícias para um maior interesse e mobilização em torno da questão da integração regional. A direção desse processo, aprofundamento, estagnação ou crise não está previamente determinada, nesta perspectiva há a possibilidade de que: sendo o Mercosul incorporado ao dia-a-dia da sociedade, surja a tendência para ser incorporado como um tema importante na agenda de negociação dos partidos políticos, tornando-se inclusive um assunto catalisador de atenção e até mesmo de votos, polarizando políticos e eleitores tanto a favor quanto contra essa integração. (VIGEVANI; PAQUARIELLO e FERNANDES, 2003, p.132).

Para finalizar cabe citar Jorge Mário García Laguardia, “Los partidos políticos constituyen um elemento necesario de la vida democrática. Los partidos políticos son la base esencial de la democracia moderna donde se realizan los valores del pluralismo democrático” (p.85).

O que nos leva a seguinte conclusão que no que diz respeito ao interesse dos partidos políticos ao projeto de integração, a atual participação dos partidos tem sido sempre a partir de um segundo plano, subordinado aos Executivos e em alguns casos sem interesses próprios por partes dos partidos. Alguns autores que tem tratado o estudo do Mercosul por diferentes ângulos colocam sempre a “ausencia” dos partidos na incidência do seu desenvolvimento. Esta ausência é marcada basicamente devido a dois fatores:

- a) O papel central dos Executivos, que é respaldado pelos próprios partidos na medida em que delegam a política exterior como um assunto das chancelarias, junto com o próprio desenho da institucionalidade do Mercosul que não incentiva a participação partidária;
- b) E as características da instabilidade e crise historicamente comum aos países membros.

Podemos finalizar o capítulo, apontando que atual inserção dos partidos políticos no contexto analisado, possuem uma situação diferente com respeito aos

demais grupos sociais, empresariais e econômicos, pois os partidos além de exercerem pressão e suporte para o governo têm a capacidade de serem atores reais na tomada de decisões, pois várias normativas da integração precisam ser votadas nos respectivos parlamentos. Esta situação faz dos partidos políticos atores particulares porque integram várias esferas nas diversas estruturas do Mercosul, e o partido com maior relevância no contexto analisado é partido dos trabalhadores (PT - Brasil).

## **2.4 PARLAMENTO DO MERCOSUL**

O Parlamento do Mercosul começou a ser negociado em 2004 pelo Conselho do Mercado Comum do Sul (instância máxima do Mercosul), em substituição ao Conselho Parlamentar Conjunto. Seus principais objetivos são promover a integração sul-americana, garantir a participação da sociedade civil no processo de integração e incentivar a cooperação regional e os acordos entre os países membros e só formalizado em 2007.

O Parlamento não tem função legislativa, apenas consultiva e não se sobrepõe aos congressos nacionais. Pode, no entanto, propor projetos de normas para análise pelo Conselho do Mercado Comum e elaborar estudos e anteprojetos no sentido de agilizar a harmonização das legislações nacionais.

Cabe, ainda, ao órgão promover audiências públicas e elaborar declarações, recomendações e documentos sobre questões vinculadas ao processo de integração. Também fará um relatório anual sobre a situação dos direitos humanos nos países do bloco. Mas para que seja instalado, é necessária uma ratificação do protocolo pelos congressos nacionais da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Este último foi o primeiro país a aprovar a constituição do Parlamento.

A Sede definitiva será em Montevideu (Uruguai), onde haverá sessões mensais. Numa primeira etapa, de 2006 a 2010, a participação será igualitária, com 18 parlamentares por país, no caso brasileiro nove deputados e nove senadores e 18 suplentes, mas no momento estamos sem Delegação Brasileira.

A partir de 2014, o tamanho das bancadas irá variar entre um piso e um teto ainda não definidos e os parlamentares passarão a ser eleitos por voto direto, universal e secreto, como os demais congressistas, com mandato de quatro anos. Por enquanto, tem assento os quatro membros plenos do Mercosul: Argentina,

Brasil, Uruguai e Paraguai. A Venezuela ainda esta em processo de adesão ao bloco, o que deve se efetivar em, no máximo, quatro anos.

Cada integrante tem direito a um voto, diferente da estrutura atual do Mercosul. No Parlamento do Mercosul, ocorre a aproximação de parlamentares de diferentes países a partir de posições ideológicas comuns.

O Parlamento do Mercosul poderá converter-se em um ator político regional consistente, sustentável e central na institucionalidade regional. Mas segundo o Deputado Rosinha, o próprio protocolo que constituiu o Parlamento do Mercosul estabelece duas questões para esse novo espaço, o parlamento deve representar o povo que vive no Mercosul e ao fazer esta representação deve ter o objetivo de construir a cidadania do Mercosul. A prioridade do Parlamento é o contato direto com os cidadãos e a sociedade civil.

Em setembro de 2006, saiu em nota no Diário do Senado Federal, o Parlamento do Mercosul constituiu um marco histórico para a integração regional, aprofundando sua dimensão política e social, ao transparecer o pluralismo democrático facilitando a difícil tarefa de harmonizar as legislações nacionais nas áreas pertinentes e de agilização da incorporação das normativas ao Mercosul nos ordenamentos jurídicos internos dos países partícipes do bloco.

Segundo publicação do Deputado Brasileiro, Dr. Rosinha, o Parlamento do Mercosul não é a única instituição em si e não será suficiente, mas de seu desempenho depende a construção da cidadania no Mercosul. Dependerá também dele em grande parte, a formação da identidade do bloco e a correção de seu déficit democrático, como veremos no próximo capítulo, através da confirmação das hipóteses formuladas, com base nos diversos autores analisados.

Hoje no atual contexto da conjuntura mundial, podemos salientar que a concepção do Parlamento do Mercosul trouxe enormes possibilidades de participação da sociedade civil na consolidação de um espaço de articulação e integração regional, mas ao mesmo tempo, esses canais de participação ainda são , insuficientes e carecem de ajustes para um melhor funcionamento.

Sendo assim, o Parlamento precisa ultrapassar a sua principal barreira, o déficit de participação social, que ainda não é capaz de implementar uma agenda positiva para as diversas organizações do campo democrático .

Portanto, podemos partir da premissa que o Parlamento do Mercosul, apesar de ser uma instituição nova terá que encontrar mecanismos mais eficientes de

comunicação para com os diversos atores sociais, para que a participação social ocorra de forma igualitária.

É com este desafio que podemos abraçar a indicação do Deputado Brasileiro, Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha), para finalizarmos:

O Mercosul só será real, deixando de ser uma mera integração de interesses comerciais e financeiros e quando o “eu” do lado de cá se juntar ao “outro” do lado de lá e formarmos o “nós”. Nós, o Mercosul. Nós, o Parlamento. Do Parlamento do Mercosul que, tenho certeza, que ajudará na construção da identidade comum (p.49).

### 3 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO ÂMBITO DO MERCOSUL

“Entendemos a democracia como prática da reinvenção contínua da sociedade por ela mesma” (Lefort, 1983).

#### 3.1 SOCIEDADE CIVIL

A temática com relação à sociedade civil está se firmando no plano nacional e internacional nos últimos tempos como propagadora de inovações e muitos já falam em uma sociedade civil global, como novo sujeito de poder.

Recentemente, as ciências humanas apropriaram-se do termo ator social como também passaram a utilizar o termo protagonismo social segundo Maria da Glória Ghon.

O atual protagonismo da sociedade civil ampliou-se entre os vários setores da sociedade, invadindo também a sociedade política através de parcerias com o Estado e assim desenvolvendo uma nova esfera pública. Mas quando o debate é sobre a participação da sociedade civil no âmbito do Mercosul, o tema ainda é abordado de forma precária ou quase inexistente, como veremos no decorrer do capítulo.

Para Maria da Glória Ghon, o conceito de sociedade civil já passou por vários estágios e concepções na América Latina. A temática hoje vem sofrendo reformulações que seguem em linhas gerais momentos da conjuntura política e principalmente a trajetória das lutas políticas e sociais do país.

Na linguagem política corrente o termo se tornou sinônimo de participação e organização da população civil na luta contra o regime militar. Este fato significou a construção de um referencial para o imaginário político nacional, fundado na crença de que a sociedade civil deveria se mobilizar e se organizar para alterar o *status quo* no plano estatal, dominado com políticas públicas que privilegiavam o grande capital, considerando apenas as demandas das camadas médias e altas da população que alavancavam o processo de acumulação das emergentes indústrias, filiais das empresas multinacionais que aqui estavam segundo a autora.

Para a mesma autora este cenário estimulou o surgimento de inúmeras práticas coletivas no interior da sociedade civil, voltadas para a reivindicação de

bens, serviços e direitos sociopolíticos, negados pelo regime político vigente. Ela conclui que um dos maiores eixos articuladores da sociedade civil, naquele período, foi dado pela noção de autonomia que tratava de se organizar independentemente do Estado. O princípio da autodeterminação foi o componente fundamental no processo de autonomia e fora exercitado de forma contraditória, frente à sociedade mais geral e ao Estado. Os movimentos, especialmente os populares, apresentavam-se como entidades autônomas.

A democracia direta e participativa era exercitada de forma autônoma nos locais de moradia, trabalho, estudos etc. e idealizava um modelo para a construção de uma contra-hegemonia ao poder dominante. Participar das práticas de organização da sociedade civil significava um ato de desobediência civil e de resistência ao regime político predominante.

Como bem analisou Sader (1998), os novos atores entraram em cena, destacando-se nos movimentos sociais populares urbanos, reivindicatórios de bens e serviços públicos, por terra e moradia, assim como parcelas dos então chamados, novos movimentos sociais, que lutavam pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos; raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, segurança, direitos humanos etc. O pólo de identificação destes diferentes atores sociais era a reivindicação de mais liberdade e justiça social. O campo dos novos atores ampliou o leque dos sujeitos históricos através das lutas concentradas no sindicalismo ou nos partidos políticos. Houve, portanto, uma ampliação e uma pluralização dos grupos organizados, que redundaram na criação de movimentos, associações, instituições e ONGs.

Ghon explora que a renovação no cenário da participação social nos anos 70 e 80 não ocorreram apenas no campo popular. Se este campo surgiu e se expandiu contrapondo-se à exclusividade que era dada ao sujeito trabalhador, advindo do campo da produção, como sujeito com potencial para realizar mudanças históricas, como os movimentos sociais não populares, o das mulheres, ambientalistas, homossexuais etc. Iniciando assim uma trilha de lutas independente do mundo do trabalho e se firmado como agentes de construção de identidades e força social organizada. Eles se contrapunham às visões macrossociais, que só destacavam os sujeitos sociais do mundo do trabalho.

A partir do exposto pela autora, podemos concluir que esses movimentos ajudaram a construir novos significados para a política, localizando-a no campo do

cotidiano, que retiraram a exclusividade do campo da representação institucional e do poder, enquanto instância centralizada no Estado.

O termo “ator social” entrou para o vocabulário das ciências sociais, esvanecendo num primeiro momento, o termo para “sujeito social”, enquanto muitos falavam em “novos sujeitos históricos”.

Com final das ditaduras nos países da América Latina, começou a mudar o significado atribuído à sociedade civil. Com a progressiva abertura de canais de participação e de representação política, a partir das pressões populares promovido pelos novos governantes, os movimentos sociais especialmente os populares perderam paulatinamente a centralidade que tinham nos discursos sobre a participação da sociedade civil.

Nesse contexto assinala Ghon que passou haver uma fragmentação do que se denominou como “sujeito social histórico”, centrado nos setores populares, fruto de uma aliança sindical com os movimentos populares, até então tidos como relevantes no processo de mudanças e transformação social.

De acordo com Coutinho (2000) surgiu uma pluralidade de novos atores, decorrentes das novas formas de associativismos que emergiram na cena política.

A autonomia dos membros da sociedade civil deixou de ser um eixo estruturante fundamental para a construção de uma sociedade democrática, porque com a saída dos militares e o retorno dos processos eleitorais democráticos, a sociedade política, traduzida por parcelas do poder institucionalizado no Estado e seus aparelhos, passam a ser objeto de desejo das forças políticas organizadas onde novos e antigos atores sociais fixaram suas metas, lutas e conquistas na sociedade política especialmente nas políticas públicas, conclui o autor.

O campo da sociedade civil ampliou-se, na prática e nos discursos ao longo dos anos 90, devido ao descentramento do sujeito e a emergência de uma pluralidade de atores que conferiram a temática um novo conceito, o de cidadania, com a mesma relevância que tinha o conceito de autonomia nos anos 80.

Ghon afirma que a cidadania nos anos 90, foi incorporada nos discursos oficiais e aproximada à idéia de participação civil, do exercício da civilidade, responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque ela tratava não apenas dos direitos, mas também dos deveres, homogeneizando os atores. Estes deveres envolviam a tentativa de responsabilização dos cidadãos em arenas públicas, via parcerias nas políticas sociais governamentais. Houve um retorno ao atendimento

da população a partir de critérios da idade, gênero e etnia. De um lado, este fato expressa uma conquista dos movimentos organizados que demandaram atendimento às especificidades culturais, o respeito às suas entidades e às diferenças, através de políticas que considerassem o lado subjetivo das ações e não apenas suas carências materiais.

Ainda de acordo com Ghon, no novo cenário a sociedade civil ampliou-se para se entrelaçar com a sociedade política, colaborando assim com o caráter contraditório e fragmentado que o Estado passou a ter nos anos 90.

Desenvolveram-se novos espaços denominados público não-estatal, onde foram situados os conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público para a gestão de atendimentos as demanda sociais.

Essas demandas passaram a ser tratadas como parte da questão social do país. Diante da conjuntura econômica, onde o desemprego se tornou o ponto central da questão social, expresso em miséria e exclusão social devido ao modelo econômico vigente, subordinado aos acontecimentos do mercado globalizado.

De uma forma quase generalizada, ocorreu uma inversão na construção da agenda do ser cidadão. Os atendimentos das demandas sociais passaram a serem ordenadas segundo critérios da administração pública, a maioria elaborada em instâncias federais que priorizavam os acordos internacionais do pagamento da dívida externa, dos ajustes fiscais que foram acertados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) etc. Ou seja, segundo a autora tratava-se de instâncias que não eram acessíveis à participação da sociedade civil, seguindo princípios de restrições e contingenciamentos de verbas e de negociações políticas entre os partidos da base aliada que compunha o governo na época.

A participação da sociedade civil na América Latina emergiu na cena política não apenas para ocupar espaços que antes eram dominados por representantes de interesses econômicos e sim para democratizar a gestão pública, invertendo assim as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendessem as questões emergentes, a partir do espólio de recursos miseráveis destinados as áreas sociais.

Segundo o sociólogo Betinho; “A sociedade civil tem um papel central, o poder está na sociedade civil, não no Estado. O Estado é instrumento”.

Resumidamente, podemos concluir que a sociedade civil está vivendo um novo momento na trajetória do associativismo mundial. Os movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade, como atores que pressionam por processos de mudança social, realizando deslocamentos em suas identidades e incorporando outras dimensões do pensar e agir social.

Sob esse prisma, podemos analisar a atual participação da sociedade civil no Mercosul, o presente trabalho tem como objetivo discutir como vem ocorrendo a participação dos atores sociais na construção da agenda social do Bloco, visto que, o debate sobre essa questão está presente tanto na agenda dos governos dos países membros, quanto na das organizações da sociedade civil que militam neste processo, sob diferentes perspectivas.

A participação da sociedade civil no contexto do Mercosul, é analisada por distintos organismos como real e preocupante no que diz respeito à agenda social do Bloco e os desafios no campo das políticas sociais tendo em vista o processo de integração regional. De acordo com Ivete Simionatto (2007) os estudos são unânimes quanto ao avanço das políticas comerciais, aduaneiras e agrícolas, mas no diz respeito à participação da sociedade civil, enquanto, representantes dos países do Mercosul, ainda são políticas insipientes que embora tentem, não conseguem reverter o déficit democrático que faz assolar o Mercosul.

Em resumo, o surgimento da sociedade civil no contexto analisado, iniciou no decorrer dos anos 90 onde várias medidas foram tomadas no âmbito da seguridade social, especialmente em relação aos trabalhadores formais, onde alavancaram a mobilização da sociedade civil no sentido de ampliar a participação da agenda social para o Mercosul. Essa iniciativa traduziu-se em um avanço significativo na diversificação dos objetivos e funções da nova institucionalidade em que se apóia ainda hoje a dimensão social do Mercosul.

Desde a assinatura do Protocolo de Ouro Preto em 1994, até os dias atuais, várias instituições e mecanismos de participação foram criados, como veremos no próximo capítulo, essas mudanças surgiram, sob a perspectiva da integração social, além dos termos legais firmados através de medidas e documentos que possibilitaram ampliar o debate especialmente em relação à seguridade social, em 1996, foi criado o Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES) como um espaço de representação dos setores econômicos e sociais dos países do Mercosul, que representado por organizações de empresários, trabalhadores e organizações da

sociedade civil dos quatro países. O FCES foi homologado dois anos após o seu surgimento o que comprometeu a inserção dos atores sociais e econômicos, em reação a esse impasse foram criadas no final de 1996, sessões nacionais do FCES, no início composta por empresários, trabalhadores e posteriormente agregando alguns atores sociais como cooperativas universitárias e a Associação de Organizações Não-Governamentais (ANONG) do Uruguai.

Já salientado no presente trabalho a constituição do Mercado Comum do Sul, não se constituiu como prioridade dos governos e das instituições da época envolvidas, explicitamos porque dos dez subgrupos de trabalho instituídos através do Tratado de Assunção nenhum deles incluía na suas prioridades qualquer reflexão em torno da temática estudada. Mas, a pressão das entidades sindicais e de outras organizações da sociedade civil possibilitou a discussão e também de certa forma a inclusão da reflexão dos países integrantes, fazendo com que o debate da sociedade civil viesse à tona mobilizando pesquisadores e especialistas das diversas áreas, ganhando centralidade. A luta pela participação na construção democrática do Mercosul social, vem sendo nos últimos anos gradativamente incorporada nos pactos estabelecidos entre os países.

A inclusão dos temas supra citados, somente ocorreu dada a forte pressão exercida pela sociedade civil, no decorrer do ano de 2003, onde aconteceram várias reuniões e encontros dos quais resultaram em importantes documentos com análises relativas ao fortalecimento da mesma no processo de integração regional.

Mesmo considerando as dificuldades ainda presentes, pode-se observar o crescimento das discussões acerca da construção da agenda social com pontos comuns para todos os países que fazem parte do Bloco. Esta perspectiva em larga medida discutida no atual momento no Mercosul, tem se constituído, igualmente, em tema de preocupação tanto de organizações da sociedade civil quanto dos governos dos países membros do Mercosul. A continuidade do projeto de integração dos países do bloco tem contado com a participação ativa do movimento sindical no sentido de que sejam cumpridos os princípios e direitos já estabelecidos, privilegiando uma política econômica que articule crescimento com distribuição de renda. O papel dos sindicatos, enquanto canais de participação da sociedade civil logram um papel fundamental no sentido de que os acordos entre os Estados superem a área econômica e aduaneira e incluam políticas ativas de pleno emprego, educação, saúde, previdência e cultura.

Além dos sindicatos , existe uma diversidade de atores sociais que estão envolvidos na temática da integração regional: empresários e trabalhadores sindicalizados, mas também segmentos de trabalhadores conectados ao setor informal; os conselhos de profissionais; as organizações de mulheres; as associações de defesa do meio ambiente; as ONGs envolvidas com as distintas dimensões e áreas das políticas sociais etc (PODESTÁ -1996).

Assim, a participação da sociedade civil no Mercosul é de extrema relevância pra reverter o déficit democrático desse processo, somente com a participação plena e a formação de uma nova hegemonia ou de um novo projeto societário de integração é que poderemos engendrar um Mercosul de todos como explicita a maioria das publicações existentes com relação à participação social do Mercosul.

Sob esse prisma, podemos concluir que o maior desafio da sociedade civil contemporânea é lutar por instituições participativas e abertas a um processo de inclusão crescente seguindo regras transparentes e eficazes.

Para finalizar, cabe citar o disposto por CELS (2004):

*Es imposible plantear el debate sobre la restauración de la ciudadanía política y el fortalecimiento institucional, sin advertir sobre las condiciones económicas y sociales que posibilitam o frustran el ejercicio de los derechos fundamentales en esto país. Los límites sociales al ejercicio de la ciudadanía son la más cara sombría de la crisis.*

### **3.3 OS ATORES NO MERCOSUL**

Segundo Mônica Hirst (1995) é possível delimitar dois níveis de atores no caso do Mercosul: o primeiro nível é formado pela burocracia, grupos empresariais e principais lideranças políticas; enquanto o segundo nível é composto pelos partidos políticos, organizações sindicais e movimentos sociais. Além disso, as demandas são direcionadas às chancelarias, apesar de terem origens diversas podendo partir de: outras agências do Estado, governos estaduais de regiões beneficiados ou prejudicados pelo avanço do processo integracionista.

Hirst também conclui que os atores de segundo nível demonstram capacidade insuficiente para assegurar sua presença ativa como força definidora do Mercosul, assim, a vinculação entre o aprofundamento da democracia e da

regionalização, carece de canais institucionais e de organizações políticas adequadas.

Ela ainda assinala que essa classificação é correta e eficaz para compreender a atuação dos participantes nas negociações, pois trata de um entendimento resultante da análise do processo de tomada de decisões e nem tanto da organização formal da estrutura institucional do Mercosul.

A partir do exposto, é possível analisar os atores no processo institucional no Mercosul, da seguinte forma:

a) **Burocracia Governamental;** Os atores governamentais são a base do Mercosul, estando presente em quase todos os seus órgãos. A proveniência de um membro governamental no Mercosul marca a sua atuação, isto é, membros que coordenam ou decidem e tem origem obrigatória nos Ministérios de relações Exteriores, da Economia e Bancos Centrais, enquanto aqueles que participam da análise e negociação decisórias têm uma atuação mais consultiva, podem ser oriundos destes e de outros ministérios dos governos envolvidos, conforme a necessidade técnica dos temas tratados.

No caso dos governantes, segundo Hirst (1995), estes atribuem ao Mercosul uma oportunidade de conjugar liderança pessoal, sentido de oportunidade econômica e de necessidade de projeção internacional. Portanto, utilizam a integração mais como projeto de governo do que de Estado, o que significa que possuem uma visão de curto e médio prazo, ligada quase que especificamente à duração de seus mandatos.

b) **Atores Não-Governamentais;** Os atores não-governamentais ou setor privado como é entendido pelos Acordos de Integração no Mercosul, é composto pelo setor empresarial, sindical, organizações não-governamentais de interesse específico (ONGs Ambientais, Direitos do Consumidor, Direitos Humanos, movimentos Sociais, etc).

O setor empresarial e o sindical são os atores não-governamentais mais atuantes no processo de integração do Cone Sul, principalmente pelo fato de que os outros atores apenas tiveram sua participação prevista na estrutura institucional após a criação do Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), criado pelo Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994.

Expandindo um pouco a análise de Lindblom (1981), podemos concluir que, em um processo de integração regional, o setor empresarial possui algumas

vantagens em relação aos outros setores sociais. A primeira delas advém do caráter comercial que um processo integracionista possui, isto é, a criação de um mercado ampliado com novas oportunidades de intercâmbio comercial beneficia automaticamente estes setores.

Da mesma forma, o autor considera que as organizações sindicais têm a seu favor a organização já existente e contam com experiência de negociação política advinda de sua participação e intervenção na vida doméstica, desenvolvendo líderes e quadros técnicos para este tipo de atuação.

Lindblom também conclui que os mecanismos de participação dos atores não-governamentais no Mercosul se desenvolveram de forma insuficiente. A atuação desse setor sempre teve caráter consultivo dentro da estrutura institucional do período de transição. No entanto, com o Protocolo de Ouro Preto, os atores não-governamentais puderam contar com um órgão específico para sua atuação, o Fórum Consultivo Econômico e Social, abrindo uma oportunidade para a inclusão de setores que extrapolassem a esfera do capital e do trabalho. Um ano depois da criação do FCES, ainda havia uma preferência pela priorização de canais informais de pressões ou às práticas de lobby, desenvolvidas em nível nacional (Hirst, p.91).

O que nos leva a conclusão que isso ocorreu em virtude dos canais institucionalizados com o poder consultivo serem insuficientes para um posicionamento mais ativo, privilegiando mais o acompanhamento técnico da evolução do processo. Questões políticas mais pontuais que necessitavam de uma resposta rápida tenderiam a ser levadas diretamente à burocracia decisória, aos governos nacionais ou às chancelarias.

O que podemos concluir é que a participação dos canais por onde atuam os atores não-governamentais são estreitos não permitindo atender uma demanda que necessita de uma tramitação veloz.

Para Haas (1996), em uma integração regional, os partidos políticos desempenham um papel mais importante que os grupos organizados supranacionalmente, porque, através de seu caráter representativo, propiciam a ligação entre as políticas adotadas no âmbito da integração e o cidadão comum, indo além dos grupos organizados, tornando-se, portanto, uma força legitimadora fundamental do processo.

Karl Kaiser (1981), amplia a idéia sobre a necessidade do controle democrático nas questões de política externa, para os casos de integração regional

onde exista interconexão entre as questões internas e externas. O autor salienta que os parlamentos adquirem relevância por diminuir a distância entre as questões técnicas ligadas à problemática integracionista e as questões de cunho político. Ao mesmo tempo fazem o caminho inverso, trazendo as demandas geradas na sociedade ao conhecimento dos órgãos decisórios da integração, permitindo um debate mais amplo quanto às necessidades desse processo e às conseqüências das decisões políticas adotadas.

A estrutura institucional do Mercosul tem atribuído ao sistema representativo um caráter apenas consultivo, com o objetivo único de facilitar a tramitação no interior dos sistemas legislativos nacionais das decisões adotadas regionalmente.

Os partidos políticos têm tido uma participação marginal no Mercosul e os vínculos com os órgãos técnicos do Mercosul têm sido informais e inconstantes, o que resultou numa mobilização parlamentar limitada, e por vezes desarticulada. Além disso, os partidos não contam com redes interpartidárias que promovam práticas interativas na sub-região. Também não existe um parentesco ideológico e programático que estimule este tipo de integração, pois segundo Haas, cada país tem uma estrutura partidária própria, sem correspondência política e ideológica.

A partir do exposto pelo autor, podemos concluir que a estrutura institucional e as características políticas dos países do Mercosul, não permitiram um papel mais relevante às organizações político-partidárias. Estas últimas tampouco se empenharam para firmar posição e alcançar um posicionamento adequado à sua importância para o desenvolvimento do Mercosul.

De acordo com Karl Kaiser, a estrutura dos atores envolvidos no contexto do Mercosul é um processo saudável do ponto de vista das instituições democráticas domésticas, pois permitem que estes possam passar por uma transformação organizacional interna, onde se abrem novos canais de contato com a sociedade, mesmo que de forma insuficiente.

Ricardo Seitenfuns (1992, p, 75), resume a estrutura do Mercosul da seguinte maneira:

*Portanto, não será inspirado em considerações técnicas ou economicistas que devemos concluir sobre a necessidade ou não da institucionalização do Mercosul e da concessão de direitos supranacionais. O importante é conservarmos o nível de politização que está na base do processo, para definir qual será o ordenamento institucional do Mercado Comum do Sul. No entanto, parece ser inquestionável a necessidade de construir um poder comum, depositário dos interesses dos países-membros, que possa fornecer a indispensável continuidade ao processo integracionista e à*

*legitimidade da representação popular. Caso não se construa este poder comum com as duas características mencionadas, o processo estará entregue às duas mãos dos Estados-membros e da exclusiva vontade dos governos que sucederem, sem a devida representação da vontade popular.*

Outro autor, Motta Veiga (1992), conclui que a instabilidade do processo de integração no Cone Sul, tem sido sustentada pela dinâmica política. No entanto esta não é suficiente para garantir estabilidade e irreversibilidade. Desta forma, o autor defende que a questão da institucionalização deveria ser respondida com base na satisfação dos seguintes pontos: através da manutenção da dinâmica de motivação pública; da capacidade de definir projetos econômicos e sociais comunitários; da produção no período de transição da convergência das assimetrias e a harmonização das políticas microeconômicas mais relevantes para a integração.

O mesmo autor afirma que se esses pontos fossem levados em consideração, as instituições comunitárias poderiam reduzir as incertezas, pois dessa maneira criariam uma burocracia técnica comprometida com a integração e a visão comunitária, onde reduziriam assim o escopo das ações unilaterais que facilitaria a compatibilização entre as reduções tarifárias e a harmonização das políticas tenderia a reduzir o déficit democrático.

Diante do exposto acima, em resumo, podemos concluir que os atores no contexto do Mercosul, não são eficientes, e terão que trilhar um longo e árduo caminho, apesar das inúmeras mudanças que ocorreram ao longo dos 20 anos prol a participação da sociedade civil, que trataremos na conclusão do trabalho proposto.

### **3.4 OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO MERCOSUL**

O Mercosul foi criado pelo Tratado de Assunção, no início sem alusão a participação da sociedade civil, contendo apenas uma ressalva que seria estabelecida uma Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM).

Conforme assinala Vaz (1999), o processo de constituição do Mercosul e sua institucionalização repetiram de alguma forma, os modelos de integração tentados no passado, com efetiva dissociação entre a burocracia estatal, a classe política e a sociedade civil.

Para enfatizar, Schaponisk conclui:

As primeiras reservas que podemos formular baseiam-se na forma em que os projetos foram elaborados, sem dar participação a ninguém, no maior sigilo e publicando-se recentemente o texto do Tratado uma vez firmados pelas partes. É um ato exclusivo dos executivos, sem participação dos poderes legislativos, prescindindo-se da opinião de organizações intermediárias como os partidos políticos, as universidades, intelectuais, os conhecedores do tema. Diríamos que foi tratado de uma forma que constitui um vício do autoritarismo derrotado há poucos anos (Apud Barbiero e Chalout, p. 250).

Tal evidência é contestada por alguns autores, entre os quais Ferreira, Oliveira e Ribeiro (1997). Os dois primeiros sustentam que a despreocupação não passava de simples aparência. Entendem ser perfeitamente normal o tratamento prioritário das questões econômicas e regionais, visando atingir o mercado comum, destacando que a associação entre desenvolvimento econômico e justiça social significa que a finalidade não é apenas aumentar os mercados e as possibilidades de venda, com tendência a melhorar as condições de vida da população da região.

Acrescentam que o apreço pelo social é demonstrado também pelo Anexo IV do Tratado, quando ele prevê cláusulas de salvaguardas para os casos em que o programa de liberação comercial possa ameaçar de dano grave a economia de um país, sendo a evolução do nível de emprego um dos elementos a se levar em consideração para a determinação do dano.

Ribeiro destaca que a sociedade civil permaneceu ausente desse processo e ainda necessita de estratégias propositivas para influenciar os rumos da integração, que parecem esgotados, como veremos a seguir.

A temática da participação da sociedade civil na conjuntura do Mercosul é abordada de forma precária nos países-membros, já que há vários estágios de participação.

Segundo Alemany e Leandro, os espaços de participação, foco central do presente trabalho, existem, mas não significa que estas participem da agenda social do Mercosul.

De acordo com as autoras, para uma participação efetiva é necessário envolver as organizações da sociedade civil por meio das entidades locais do FCES, das associações empresariais, movimentos sindicais e as organizações não-governamentais, porque os espaços de participação já conquistados ainda precisam ser repensados com seriedade.

Para Alemany e Leandro os órgãos formais da sociedade civil no Mercosul são:

Heterogêneos, insuficientes e opacos, referindo-se à diversidade de dinâmicas e de formas de se organizar assim como às debilidades estruturais e a falta de transparência e que os atores sociais não econômicos vêm à participação do setor privado nos comitês e subgrupos do Mercosul diretamente vinculados a lobbies econômicos e de maneira quase secreta. Enquanto que os próprios atores privados estimam que sua capacidade de influencia na agenda do bloco é mínima.

Entendem que há pouca permeabilidade das instituições do bloco em relação às demandas do setor empresarial e que as lógicas recentes de criação das instituições paralelas à estrutura comercial do Mercosul minam a legitimidade e a eficácia do Mercosul (p. 35).

O que nos leva a compreensão de que não podemos separar a reflexão da legitimidade, eficácia da participação da sociedade civil e sua institucionalização dos demais dilemas do Mercosul, devido à fragilidade institucional do mesmo.

E continuando sob a mesma lógica das autoras, as debilidades institucionais identificadas com relação à participação são as seguintes: debilidade de representação de composição; funcionamento; no regimento interno; na articulação; visibilidade; transparência; legitimidade; sustentabilidade e na tomada de decisões a nível regional.

Para elas, essas debilidades ocorrem porque há setores que não estão representados em nenhum espaço, outros são débeis devido ao forte grau de elitização e que os regimentos da maioria dos espaços não se atualizaram nem mesmo se adequaram à realidade atual do dinamismo da sociedade civil e são pautados por uma visão restritiva de participação.

Já para Marcelo Passini (2000):

O déficit democrático do Mercosul se traduz em falta de transparência e prestação de contas, pouco espaço para os poderes legislativos e para os países menores, e percepção da opinião pública de que o Mercosul é um negócio de poucos. E a participação cidadã no Mercosul vive momentos de epifania e é espasmódica e precisa de um novo avante estabelecendo mecanismos permanentes e consolidando espaços institucionais que permitam influir efetiva e continuamente a participação (p.49).

De acordo com o mesmo autor, as organizações que já participam do bloco, reforçam a necessidade de uma junção entre governo e sociedade civil para a construção de um Mercosul que integre as sociedades além dos mercados. Mas para que isso aconteça é necessário avançar na perspectiva de conformação de uma agenda regional por parte da sociedade civil, superando as debilidades institucionais existentes.

A partir da análise do autor, podemos salientar que para o Mercosul e os órgãos de representação da sociedade civil sejam percebidos como espaços

legítimos de participação cidadã, deve haver uma maior abertura para o diálogo de acordo com o novo contexto político, econômico e social do Mercosul através dos espaços já existentes que veremos a seguir:

a) Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), espaço institucional exclusivo para a participação dos setores econômicos e sociais, que abrange diversos segmentos da sociedade civil. Foi o primeiro espaço de representação cidadã que acolheu proposta contemplada na Carta de Ouro Preto, encaminhada pelas Centrais Sindicais do Cone Sul aos presidentes dos Estados-Partes, por ocasião da Cimeira que aprovou o Protocolo de Ouro Preto. A Carta sublinhava a necessidade de o Mercosul contar com mecanismos mais democráticos de participação da sociedade civil. Dentre as sugestões apresentadas, apenas a criação do Foro foi assimilada, mesmo assim com caráter meramente consultivo.

b) Conselho Consultivo da Sociedade Civil (CCSC) foi criado no ano de 2003, por iniciativa do Chanceler Rafael Bielsa. Inicialmente funcionou como Observatório das Negociações da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), mas logo se converteu em uma caixa de ressonância das organizações da sociedade civil, culminando na proposta para a criação de Representação Especial para a Integração e Participação Social (REIPS), que buscava aclarar as dúvidas da sociedade civil a respeito da política exterior e processos de integração do Mercosul.

Segundo Racovischik, neste mesmo ano aconteceu a primeira reunião do CCSC com a participação de mais de 30 organizações e propósito de cobrar dos órgãos pertinentes do Mercosul, informação, capacitação e organização. A discussão central da reunião foi cobrar uma responsabilidade maior dos Estado-Partes pela divulgação de informação boletins, publicações, conferências etc.

Em segundo lugar cobraram a necessidade de capacitação dos dirigentes sociais do Mercosul e também criaram o Instituto do Serviço Exterior da Nação (ISEN), que desempenhou um importante papel abrindo as portas das conferências e eventos que tradicionalmente estavam reservados somente para os diplomatas.

O terceiro aspecto foi convidar e organizar as associações da sociedade civil de acordo com as diversas temáticas: mulheres, meio-ambiente, indígenas, agricultura, trabalho e juventude, entre outros.

A criação do CCSC surgiu da necessidade de um espaço de participação e para canalizar as diversas redes de interconexões e organizações sociais que se encontravam dispersas, devido à enorme desarticulação social existente. Entre as

diversas atividades desenvolvidas pelo CCSC, se encontram os seminários de formação de dirigentes sociais, grupos de articulação e apoio, notícias do comércio internacional e boletim eletrônico do CCSC.

Hoje são as REIPS que coordenam as atividades do CCSC e contribuem para um espaço de diálogo e troca de informação entre as diversas organizações da sociedade civil. Entre elas, se encontram:

a) O Programa Somos Mercosul. Surgiu na XXVIIIª Cúpula Presidencial do Mercosul, quando o Uruguai assumiu a Presidência Pro Témpore do bloco e distribuído um documento intitulado “Somos Mercosul”, dando origem as presidências Pro Témpore brasileira e argentina durante o ano de 2006. Essa foi uma iniciativa de articulação entre os governos e organizações sociais que surgiu como resposta à demanda de uma maior participação no processo de integração regional, voltada para a sociedade civil. O objetivo principal era envolver a sociedade civil nos novos espaços de participação para debaterem, formularem e participarem dos processos decisórios.

Na atualidade, o Programa Somos Mercosul está vinculado a governos e órgãos do Mercosul como a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM) e o Parlamento do Mercosul. É um programa de atuação do setor público e privado com ênfase nas dimensões políticas, cultural, produtivas, econômicas e social do Mercosul para complementar a dimensão comercial no processo de integração regional.

Entre os objetivos do Programa os principais são: o fortalecimento da participação social no bloco; as necessidades do cidadão como centro dos debates; a construção da identidade do Mercosul; a geração de informação sobre as iniciativas de cooperação e complementação existentes e ampliação do reconhecimento da cidadania regional.

“Somos Mercosul” é um território de todos, um espaço público regional para promover um debate onde o cidadão é protagonista e tenha oportunidade para que todos os atores não tradicionais do Mercosul possam somar suas vozes e suas vontades em prol da construção do processo de integração regional.

b) As Cúpulas Sociais por um Mercosul produtivo e social: As cúpulas sociais do Mercosul surgiram da mesma maneira que o Programa Somos Todos Mercosul, por iniciativa do governo e patrocínio da Fundação Friedrich Elbert do Uruguai, que convocaram diversos setores da sociedade civil.

Dessa forma foram lançadas as primeiras condições de convocação do Primeiro Encontro por um Mercosul Produtivo e Social, realizado na cidade de Córdoba – Argentina, com o objetivo de aprofundar o debate da participação da sociedade civil através de intensas idéias e propostas, que culminou na agenda regional do trabalho.

Após os resultados conferidos através das cúpulas foi à vez do presidente brasileiro Lula da Silva, convocar um novo encontro para a Cúpula Social de Brasília, em dezembro de 2006. O objetivo principal era intensificar os vínculos entre os atores nacionais, regionais e setoriais que participam do processo de integração regional, fomentar a participação da sociedade civil, assim promovendo canais formais de participação com mecanismos de transparência e de incidência que ainda faltam no Mercosul.

O Parlamento do Mercosul. Segundo a publicação do Deputado Florisvaldo Fier (Deputado Rosinha), há muitos anos os membros das respectivas Comissões Parlamentares Conjuntas do Mercosul (CPC) debatiam a idéia da constituição de um Parlamento do Mercosul (p. 29). Para o deputado o papel desenvolvido pelo Parlamento significa um espaço de pluralismo democrático, não apenas entre governo, mas com a própria sociedade em geral e até mesmo perante a comunidade internacional. Frente à globalização e a conformação dos blocos econômicos, alguns deles com institucionalidade própria, como é o caso do Mercosul. Criou-se a necessidade de uma esfera regional, de espaço destinado ao debate pelos cidadãos, das normas em negociação nos órgãos do Mercosul. Criou-se também a necessidade de sanar o déficit democrático.

As Cúpulas Sociais do Mercosul são consideradas um dos maiores espaços de participação da sociedade civil no atual contexto devido a sua visibilidade, um espaço definitivo conquistado pelos atores sociais que desejam um processo de integração mais inclusivo.

Desde a criação do Mercosul, a sociedade civil organizada vem pleiteando novos espaços de participação e incidência nos trâmites da integração regional, tarefa complexa devido ao atual modelo institucional que o Bloco apresenta.

Em muitas oportunidades quando se discute a participação da sociedade civil, surgem muitas dúvidas sobre a sua representatividade, isso ocorre na dinâmica real e também nas inúmeras análises teóricas existentes. A legitimidade da participação não representa a sociedade em seu conjunto, devido os diferentes

atores e contextos que não contribuem para um mesmo projeto ou um mesmo objetivo, fazendo com que todos percam capacidade real de intervir e reverter o déficit existente.

O Mercosul institucional atual segue sendo um espaço estreito e insuficiente para incorporar as novas demandas sociais, culturais, políticas e econômicas existentes, sendo assim, a participação da sociedade civil ainda é um processo em andamento, de maneira geral ela começa a fazer parte do nosso cotidiano, e na medida em que essa participação for aumentando maior será a consolidação do processo democrático.

Com base no que foi considerado até o momento, passaremos para a comprovação da problemática formulada no início deste trabalho.

## CONCLUSÃO

A problemática apresentada neste trabalho visou compreender a participação da sociedade civil no âmbito do Mercosul, identificando as potencialidades e as debilidades existentes.

Para Oxhorn (1995), os estudos sobre a sociedade civil são insuficientes e explicam os altos e baixos do contexto atual do Mercosul. Mas esses mesmos estudiosos interpretam o surgimento das organizações de base e dos movimentos sociais de uma maneira otimista e ingênua sobre sua própria capacidade de transformar as estruturas existentes de dominação. A debilidade estrutural da sociedade civil no contexto do Mercosul está no centro de um dos principais debates da atualidade (Apud Germani&Alberti,2005, p.18).

Atualmente o contexto regional sofreu inúmeras mudanças, pressupondo novas necessidades de intervenção e interpretação, o que se pode observar que desde o surgimento do Mercosul, a sociedade civil organizada vem buscando abrir espaços de seguimento, participação e incidência no processo de integração, partindo da premissa de que a participação social é imprescindível para sanar a debilidade institucional do Bloco.

Até então, era um acordo basicamente comercial, porém o Bloco passou por um nítido fortalecimento dos temas relacionado à dimensão social, o que levou à multiplicação de políticas de alcance regional em áreas como saúde, educação e cultura. O período coincide com o da criação de novos espaços institucionais reservados à participação da sociedade civil e à harmonização das políticas sociais com a chegada ao poder, dos partidos de esquerda e a emergência dos movimentos sociais no cenário político regional.

O déficit de participação que caracterizou o Mercosul durante a primeira década de integração começou a ser superado, movimentos sociais, redes e plataformas de organizações de mulheres, imigrantes, juventude, trabalhadores, pequenos empresários, cooperativas, educação, saúde, cultura, direitos sexuais e reprodutivos, agricultura familiar, igualdade racial, direitos humanos, economia solidária, entre outros, adquiriram um peso relativamente muito maior nos destinos do bloco.

A aproximação entre o Estado e a sociedade civil produziu efeitos positivos e palpáveis, os temas sociais ganharam relevo e um novo capítulo da integração se iniciou com o surgimento do Mercosul Social e Participativo.

Devido à pressão social por parte desses atores acima mencionados, foram lançadas as bases para que se possa completar a transição para um novo Mercosul onde o cidadão comum tenha acesso.

Para finalizar, torna-se mister citar a obra de Eduardo Campos (2002) que foi imprescindível para a realização deste trabalho. Segundo o autor o principal desafio atual do Mercosul, no que concerne a participação da sociedade civil, depende de uma orientação política e de ideologias que vêm imperando em seu processo de construção, bem como será preciso mudar o discurso monetarista por ele trilhado e a falsa idéia da supremacia absoluta do comércio, em favor de uma política que seja orientada para os objetivos do crescimento do pleno emprego, da equidade e da coesão econômica e social.

O autor, afirma que é preciso resgatar o verdadeiro sentido das expressões de cooperação e solidariedade. Os desiguais têm que ser tratados efetivamente como desiguais, condição *sine qua non*, ao avanço dos processos de integração, rumo à redução das disparidades entre os Estados-Membros e à eliminação da exclusão, hoje crescente em seu interior; requisitos essenciais à conformação da democracia e da justiça social.

O que se conclui de forma sucinta, após as contextualizações apresentadas pelo autor e pelo processo democrático ainda estar sendo desenvolvido, que, a superação do déficit social está intimamente ligada não apenas à afirmação de uma concepção econômica diferente da atual, mas também a remoção do déficit democrático que acompanha a experiência do Mercosul desde a sua origem.

Os instrumentos da democracia representativa e participativa do Mercosul são profundamente retraídos, cumprindo, na maioria das vezes, um papel quase que inexpressivo.

No entanto, para logarmos objetivos mais audaciosos, da dimensão social e situarmos os interesses sociais no centro da agenda do bloco implica, portanto, na combinação de um conjunto de fatores que, reunidos sejam capazes de promover uma reviravolta nos respectivos processos de integração, que sejam norteados pelos princípios da justiça social e da solidariedade para que finalmente, as desigualdades existentes sejam reduzidas e dessa maneira possamos construir a

verdadeira cidadania social, que assegurasse todos os direitos, amplos e universais às respectivas populações; eis o desafio que a história apresenta para os futuros analistas e cidadãos latino-americanos que fazem parte do Mercosul, que ainda é um enigma para o cidadão comum que tem seu cotidiano alterado sem conhecer os mecanismos envolvidos no atual contexto que o Mercosul se encontra.

Cabe finalizar, reproduzindo as palavras do autor que compartilhou sublimemente com o Poeta João Cabral de Melo Neto:

*“O poema final ninguém escreverá desse mundo particular de doze horas  
Em vez do juízo final a mim me preocupa o sonho final” (O fim do Mundo).*

Com relação ao poema citado, não é o objetivo tirar alguma conclusão ou findar o estudo sobre a sociedade civil, porque quando falamos em sociedade civil estamos falando em participação. O tema participar é um desafio e não um tema que se possa discorrer, falar ou escrever a respeito dele. Não! Ele precisa ser vivenciado para ser compreendido.

“A todos aqueles que lutaram e não tiveram uma chance.....

“A todos que morreram em nome da nossa frágil democracia.....

“Enfim, a todos que lutam e acreditam que é possível um mundo melhor”.

Fabiane Mesquita

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALOP. Asociacion Latino America de Organizaciones de Promocion al Desarrollo – CEFIR, 2009.

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. Terceiro Setor: História e Gestão de organizações. São Paulo: Sumus, 2006.

ALEMANY, Cecília, LEANDRO, Beatriz. Análises e Propostas para a participação cidadã no MERCOSUL. Friedrich Ebert Stiftung, 2006. Sem local de edição, [Uruguai]

ALEXANDER, Jeffrey. Real civil Societies. Londres. Sage, 1998.

ALMEIDA, José Antonio. MERCOSUL: integração e impacto econômico. Petrópolis: Vozes, 1997.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. MERCOSUL: Fundamentos e Perspectivas. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 1998.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O MERCOSUL no Contexto Regional Internacional. São Paulo: Aduaneiras publicações sobre Comércio Exterior, 1993.

Alvarez, Sonia. Os movimentos sociais, a sociedade civil e o terceiro setor na América Latina: reflexões teóricas e perspectivas. Campinas: Unicamp, 2001.

ANTUNES, Ricardo. O novo Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Pontes, 1995.

BANDEIRA, Moniz. Estado Nacional e Política Internacional na América Latina. São Paulo: Ensaio, 1993.

BARBOSA, Rubens Antonio. América Latina em Perspectiva: A Integração Regional da Retórica à Realidade. São Paulo: Aduaneiras, 1991.

BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, N, & PASQUINO, G. “Sociedade Civil”, in Dicionário de Política. 12ª ed. Brasília: Universitária de Brasília, 2004.

BRANDÃO, Antônio Salazar P, PEREIRA, Lia Valls. MERCOSUL: Perspectivas da Integração. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CAMPOS, Eduardo Nunes. O lugar do cidadão nos processos de Integração: o déficit social da Comunidade Européia e do MERCOSUL. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

CARRIQUIRY, Lecour, Guzmán M. Uma Aposta pela América Latina: memória e destino histórico de um continente. São Paulo: Paulus, 2004.

CELS. Derechos Humanos em Argentina. Informe 2004, Buenos Aires.

CERVO, Amado Luiz & RAPORT, Mario. História do Cone Sul. Rio de Janeiro/ Brasília: Revan /UNB, 1998.

CAETANO, Gerardo. Coordenador Del Livro Mercosur 20 años. CEFIR-2011

CHALOULT, Yves, BARBIERO, Alan. Poder e Déficit Democrático do MERCOSUL. Estado, Centrais Sindicais e Sociedade Civil. Porto Alegre: 2003.

COSTA, Sérgio. Do Simulacro e do Discurso: esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil. Petrópolis: Vozes, 1997.

COUTINHO, C, N. Contra a Corrente. São Paulo: Cortez, 2002.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FERREIRA, Júnior Lier Pires. Estado, Globalização: Integração Regional. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

FERREIRA, Júnior Lier Pires. Políticas Exteriores de Desenvolvimento e inserção Internacional da América Latina. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2001.

FERREIRA, Maria Carmem; OLIVEIRA, Julio Ramos de. Las Relaciones Laborales em el Mercosur. Montevédu: Fundación de Cultura Universitária, 1997.

FIER, Florisvaldo. MERCOSUL: UM A, B, C. Publicação do Mandato. Brasília: Câmara Federal, sem data.

FIER, Florisvaldo. Parlamento do MERCOSUL. Publicação do Mandato, 2006

GERMANI, Ana Alejandra, ALBERTI, Giorgio. Sociedad Civil. Desarrollo Político y Construcción Institucional Em La Cooperación entre Unión Europea y América Latina. OBREAL/EULARO, background papers. Buenos Aires/ Roma: 2005.

GHON, Maria da Glória, Movimentos e Lutas Sociais na História do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

GHON, Maria da Glória, Reivindicações Populares Urbanas. São Paulo: Cortez, 1982.

GOHN, Maria da Glória. O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONGs e Redes Solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Biachi Eduardo. Blocos Econômicos- Solução de Controvérsias – Uma Análise Comparativa a partir da União Européia e MERCOSUL. Curitiba: Juruá, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Los Intelectuales y la organización de la cultura. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

HAAS, Ernest B. El Reto Del Regionalismo. In Teorias Contemporâneas Sobre as Relações Internacionais. Hoffman. MADRI: Tecnos, 1963.

HERZ, Mônica, HOFFMAN, Andréa Ribeiro. Organizações Internacionais – História e Práticas. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

HIRST, Monica. Contexto e Estratégia do Programa de Integração Argentino-Brasileira in Revista de Economia Política, vol.8. n.º 3.

KAISER, Karl. Transnational Relations as a Threat to the Democratic Process. In Marcelo Passini. A Estrutura Institucional do Mercosul. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

KRISCHKE, Paulo. P. Aprendendo a Democracia na América Latina: Atores Sociais e Mudança Cultural. Porto Alegre: 2003.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Diplomacia Brasileira: Palavras, Contextos e Razões. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

LINDBLOM, Charles Edward. O Processo de Decisão Política. Brasília: ED. UNB, 1981.

MAGNOLI, Demétrio & ARAÚJO, Regina. Para entender o MERCOSUL. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 1995.

MAGNOLI, Demétrio. O Corpo da Pátria. São Paulo: ED. UNESP/ Moderna, 1997.

MALAMUD, Andrés, SHIMITTER, Philippe c. La experiência de integración europea y el potencial de integración del Mercosur. Desarrollo Económico – Revista de Ciências Sociais (Buenos Aires), vol.46, nº. 181 abril – junio, 2006. 3 -31.

MANSUR, Rafael, SILVA MESQUITA, Fabiane Cristina da. Texto elaborado sobre a participação da Sociedade Civil. Curitiba, 2007.

MARIANO, Pasquarielo Karina, VIGEVANI, Tullo e OLIVEIRA, Fernandes de Marcelo. Democracia e Atores Políticos no MERCOSUL. In: LIMA, Costa e Marcos MEDEIROS, Almeida Marcelo de. (Orgs.) O MERCOSUL NO LIMAR DO SÈCULO XXI. São Paulo: Cortez, 2000. 250-265.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

MERCOSUL: Legislação e Textos Básicos. 4º ed. Brasília: 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. MERCOSUL: Atores Políticos e Grupos de interesses Brasileiros. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

PASSINI, Marcelo, Mariano. A Estrutura Institucional do MERCOSUL. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

PEÑA, Félix. MERCOSUL: análise e tendências. Política Externa. Universidade de São Paulo (USP). Vol.10 – nº 1 – junho/julho/ Agosto 2001.

PINSKI, Jaime. História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

RACOVSKICH, Maria Alejandra. A Participação da Sociedade Civil como Modelo de desenvolvimento. Centro Argentino de Estudios Internacionales. [www.caei.com.ar](http://www.caei.com.ar)  
Acesso: 20/10/08.

RIBEIRO, Haroldo. O MERCOSUL Social. 1997. HTTP:/ [WWW.mre.gov.br](http://WWW.mre.gov.br).  
Acesso: 18/10/08.

RICUPERO, Rubens. Visões de Brasil: Ensaio sobre a História de Inserção Internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1995.

SADER, Emir. Quando os novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SIMIONATTO, Ivete. Sociedade Civil, classes Subalternas e Construção Democrática. São Luís do Maranhão, 2007.

SEITENFUNS, Ricardo. Considerações sobre o MERCOSUL. São Paulo: Cortez: 1992.

TOCQUEVILLE, Alexis de. Democracia na América. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VAZ, Alcides Costa. Cooperação, Integração e Processo Negociador. A construção de MERCOSUL. Brasília: IBRI, 2002.

VAZ, Alcides Costa. Cooperação, Integração e processo negociador: A construção do MERCOSUL. Brasília: IBRI, 2002.

VEIGA, Pedro Motta. A Evolução do MERCOSUL no Período de Transição: hipóteses, alternativas, alternativas e cenários. Brasília: IPEA, 1992.

VIEIRA, Liszt. Notas sobre o Conceito de Cidadania. São Paulo: ANPOCS, 2001.

VIGNA, Edécio. O Parlamento do Mercosul: O Desafio da Participação Social. Comunicação & Política, v.25, nº3, p.219-225.

VIZENTINI, G. F. Paulo. MERCOSUL: dimensões estratégicas, políticas e geoeconômicas. In: LIMA, Costa Marcos e MEDEIROS, Almeida Marcelo de. (Orgs.) O MERCOSUL NO LIMITE DO SÉCULO XXI. São Paulo: Cortez, 2000. 27-31.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Sociedade Civil, Gestão Pública Democrática e Mercosul: Participação do Empresariado e dos Trabalhadores. Centro de estudos de Cultura contemporânea – CEDEC,2001.

YVES, Chaloult, ALMEIDA, Paulo Roberto. MERCOSUL, NAFTA e ALCA: a dimensão social. São Paulo: LTr,1999.

## ANEXO

### LISTA DE SIGLAS

**ANONG:** Associação Nacional de ONGs

**ALADI:** Associação Latino Americana de Integração

**ALALC:** Associação Latino Americana de Livre Comércio

**ALCA:** Área de Livre Comércio das Américas

**CARI:** Conselho Argentino para as Relações Internacionais

**CCMASM:** Comissão de coordenação de Ministros de Assuntos Sociais para o Mercosul

**CCSCS:** Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul

**CEFIR:** Centro de Formação para a Integração Regional

**CEPAL:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

**CPC:** Comissão Permanente Conjunta

**CRPM:** Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul

**FCCR:** Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul

**FCES:** Foro Consultivo Econômico e Social

**FOCEM:** Fundo para convergência Estrutural do Mercosul

**FMI:** Fundo Monetário Internacional

**GMC:** Grupo do Mercado Comum

**ISN:** Instituto do serviço Exterior da Nação

**GT:** Grupo de Trabalho

**IMEF:** Instituto Mercosul de Formação

**ISM:** Instituto social do Mercosul

**MERCOSUR:** Mercado Comum do Sul

**PM:** Parlamento do Mercosul

**POP:** Protocolo de Ouro Preto

**TA:** Tratado de Assunção.